
MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente - José Ferraz - **PTB**
1º-Vice-Presidente - Elmiro Nascimento - **PFL**
2º-Vice-Presidente - José Militão - **PSDB**
3º-Vice-Presidente - Rêmoló Aloise - **PMDB**
1º-Secretário - Elmo Braz - **PP**
2º-Secretário - Roberto Carvalho - **PT**
3º-Secretário - Bené Guedes - **PDT**
4º-Secretário - Sebastião Helvécio - **PP**
5º-Secretário - Amílcar Padovani - **PTB**

PÁG.

- 1- [ATAS](#)
 - 1.1- [557ª Reunião Ordinária](#)
 - 1.2- Reunião Especial - Encerramento da 6ª Reunião da Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco-CIPE - São Francisco
 - 2- [MATÉRIA VOTADA](#)
 - 2.1- [Plenário](#)
 - 3- [ORDENS DO DIA](#)
 - 3.1- [Plenário](#)
 - 3.2- [Comissão](#)
 - 4- [EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO](#)
 - 4.1- [Comissão](#)
 - 5- [TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES](#)
 - 6- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)
 - 7- [ERRATAS](#)
-
-

ATAS

**ATA DA 557ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA, EM 28 DE JUNHO DE 1994**

Presidência do Deputado José Ferraz

SUMÁRIO: ABERTURA - 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE): Ata - Apresentação de Proposições: Projeto de Lei nº 2.092/94 - Requerimento nº 5.374/94 - **Comunicações:** Comunicações dos Deputados Wanderley Ávila, Maria Olívia e Maria Elvira - **Oradores Inscritos:** Discursos dos Deputados Gilmar Machado e Roberto Amaral - **2ª PARTE (ORDEM DO DIA): 1ª Fase:** Leitura de comunicações apresentadas - Discussão e votação de pareceres: Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.865/94; aprovação - **ENCERRAMENTO - ORDEM DO DIA.**

ABERTURA

- Às 14h4min, comparecem os Deputados:

José Ferraz - José Militão - Rêmoló Aloise - Elmo Braz - Bené Guedes - Sebastião Helvécio - Amílcar Padovani - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrus - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Ambrósio Pinto - Antônio Carlos Pereira - Antônio Fuzatto - Antônio Júlio - Antônio Pinheiro - Baldonado Napoleão - Bernardo Rubinger - Bonifácio Mourão - Célio de Oliveira - Clêuber Carneiro - Dílzon Melo - Ermano Batista - Francisco Ramalho - Geraldo Rezende - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Homero Duarte - Ivo José - Jaime Martins - Jorge Hannas - José Braga - José Leandro - José Renato - Márcio Miranda - Maria Elvira - Maria Olívia - Mauro Lobo - Milton

Salles - Paulo Pettersen - Péricles Ferreira - Roberto Amaral - Roberto Luiz Soares - Romeu Queiroz - Sebastião Costa - Simão Pedro Toledo - Tarcísio Henriques - Wanderley Ávila - Wilson Pires.

O Sr. Presidente (Deputado José Ferraz) - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE)

Ata

- **O Deputado Gilmar Machado**, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

O Sr. Presidente - Não havendo correspondência a ser lida, a Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Pequeno Expediente.

Apresentação de Proposições

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 2.092/94

Declara de utilidade pública a Associação dos Servidores Aposentados da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais - APLEMG -, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Servidores Aposentados da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais - APLEMG -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de junho de 1994.

Cóssimo Freitas

Justificação: A Associação dos Servidores Aposentados da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais - APLEMG - tem a finalidade, entre outras, de promover eventos sociais, recreativos e culturais entre os seus associados. Além disso, a instituição está devidamente registrada no Cartório Jero Oliva, desta Capital, e preenche os demais requisitos da Lei nº 5.830, de 6/12/71, que dispõe sobre a declaração de utilidade pública de entidades.

Por isso, nada mais oportuno que a declaração de utilidade pública da APLEMG.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde e Ação Social, para deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 104, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 5.374/94, do Deputado Anderson Adauto, solicitando seja encaminhado ofício ao Governador do Estado com vistas à criação de uma comissão composta por membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, bem como por representantes dos funcionários públicos estaduais e do IPSEMG, com o objetivo de estudar a atual situação do IPSEMG, analisar a alternativa de criação de um fundo previdenciário e propor soluções para melhoria dos atuais padrões de atendimento médico e assistencial. (- À Comissão de Administração Pública.)

COMUNICAÇÕES

- São também encaminhadas à Mesa comunicações dos Deputados Wanderley Ávila, Maria Olívia e Maria Elvira.

Oradores Inscritos

- **Os Deputados Gilmar Machado e Roberto Amaral** proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª PARTE (ORDEM DO DIA)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª parte da reunião, com a 1ª fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres e a votação de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o expediente da próxima reunião ordinária.

Leitura de Comunicações Apresentadas

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Deputadas Maria Olívia - falecimento do Sr. Claudionor Nominato Pinto, nesta Capital; e Maria Elvira - falecimento do Sr. Luiz Pinto Valente, nesta Capital; e pelo Deputado Wanderley Ávila - falecimento da Sra. Marieta Santana Guimarães, em Várzea da Palma (Ciente. Oficie-se.).

Discussão e Votação de Pareceres

- A seguir, submetido a discussão e votação, nos termos regimentais, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.865/94, do Governador do Estado (À Sanção.).

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - A Presidência, verificando, de plano, a inexistência de "quorum"

para o prosseguimento dos trabalhos, encerra a reunião e convoca os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 29, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária, também de amanhã, com a seguinte ordem do dia : (Nota do redator: A ordem do dia anunciada pelo Sr. Presidente é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DO ENCERRAMENTO DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO INTERESTADUAL PARLAMENTAR DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO - CIPE - SÃO FRANCISCO, REALIZADO NO DECORRER DA 543ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 1º DE JUNHO DE 1994

Presidência do Deputado José Ferraz

SUMÁRIO: Destinação da reunião - Designação de comissão - Composição da Mesa - Palavras do Sr. Fábio Márton - Leitura do Protocolo de Criação das CIPES e do Parlamento das Águas - Palavras do Sr. Luiz Gabriel de Azevedo, do Senador Chuck Horn, do Deputado Baldonado Napoleão e do Sr. Jairo Costa - Entrega da Proposição de Lei nº 12.277 - Palavras do Sr. Getúlio Lamartine, dos Ministros Aluísio Alves e Alexis Stepanenko e do Sr. Presidente.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente (Deputado José Ferraz) - Destina-se esta parte da reunião ao encerramento da 6ª Reunião da Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CIPE - São Francisco.

Designação de Comissão

O Sr. Presidente - A Presidência vai designar os Deputados Roberto Amaral, Maria Elvira e José Renato para, em comissão, introduzirem no recinto do Plenário as autoridades que se encontram no Salão Nobre.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Rubélio Queiroz, Secretário de Recursos Minerais, representando, nesta oportunidade, o Governador Hélio Garcia; Ministro da Integração Regional, Aluísio Alves; Ministro das Minas e Energia, Alexis Stepanenko; Getúlio Lamartine, Secretário Executivo do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, representando, nesta oportunidade, o Sr. Henrique Brandão Cavalcanti; Senador pelo Estado de Ohio, Chuck Horn; Luiz Gabriel de Azevedo, representante do Banco Mundial; Jairo Costa, Presidente da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza.

O Sr. Presidente - Esta Presidência concede a palavra ao Sr. Fábio Márton, professor da UFMG e Consultor da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que discorrerá sobre o tema "O Parlamento das Águas", dispondo de 20 minutos para sua exposição.

Com a palavra, o Sr. Fábio Márton.

Palavras do Sr. Fábio Márton

O Sr. Fábio Márton* - Exmo. Sr. Deputado José Ferraz, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e da Comissão Interestadual Parlamentar para Estudos do Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco; senhoras e senhores; ao iniciar esta exposição, no momento histórico em que este parlamento se prepara para iniciar um novo tipo de exercício político, que é a política da bacia hidrográfica, gostaria de lembrar outro momento histórico do desenvolvimento científico e tecnológico de nossa civilização. Trata-se da conquista espacial ocorrida em 1968, quando o Comandante da Apollo VIII, Frank Borman, referiu-se à Terra, vista do espaço, como "um oásis de vida na estéril solidão do espaço". Àquela época, ele disse que "cada um de nós precisa fazer alguma coisa ao seu alcance para proteger este planeta". Creio que é com esse estado de espírito que estamos reunidos nesta tarde. A geologia demonstra que a vida surgiu no mar, há cerca de 3.800.000.000 anos. No início, formas mais simples, ou seja, bactérias, em um contínuo processo evolutivo, deram origem a formas mais complexas de seres vivos e até ao ser humano. A água é a substância de origem da vida, é a base física e química da vida. Cerca de 60% do nosso corpo é constituído por água.

Gostaria de mostrar, utilizando esta transparência, que a água, no planeta, tem caminhos mais ou menos complexos, que, em seu conjunto, são conhecidos como ciclo hidrológico. O grande reservatório é o oceano, do qual evaporam-se 875km³ de água e

precipitam-se, aproximadamente, 775km³ de água e cerca de 100km³ são destinados pelos ventos aos continentes. Juntando-se essa quantidade às precipitações provenientes dos continentes, temos uma precipitação aproximada diária de 260km³ de água sobre o continente, e o caminho final é o mar, através de perfuração subterrânea, pelas águas de infiltração, ou por escoamento superficial, formando os rios e regatos, fechando o ciclo. Esse é um ciclo simples, mas existem outros mais complexos, em que a água pode ficar confinada durante certo período de tempo. É o caso das águas confinadas nas geleiras de altas montanhas, nas calotas polares ou das águas que tenham entrado em combinação com outros elementos, em reações químicas. No caso de reações químicas de minerais, a água poderá ficar afastada do ciclo por um tempo longo e até por períodos geológicos.

Cerca de 97% da água do planeta corresponde à água salgada; cerca de 2,80% é água doce. Da água doce disponível no planeta, 2,15% corresponde à água das geleiras e das calotas polares. Então, no planeta, temos disponível apenas 0,65% da água doce, e, desse total, 0,31% constitui água inacessível, por estar situada em profundidades inacessíveis à nossa tecnologia. Assim, não se obtém essa água para usos múltiplos. A água acessível corresponde a apenas 0,34% do total da água do globo, distribuída em lagos, rios e subterrâneos.

Nota transparência, temos o zoneamento da distribuição de áreas com deficiência hídrica e áreas com suficiência hídrica. Estamos vendo que 71% da superfície do planeta é composta de água salgada, ou seja, corresponde aos mares e oceanos; 29% é constituída de áreas continentais, sendo que 10% dessas estão cobertas por geleiras, restando apenas 19% de área continental descoberta; desses 19%, 9% são as áreas semi-áridas, áridas e desertas. Resta-nos, portanto, apenas 10% da área do planeta com recursos hídricos suficientes. A partir dessa constatação, podemos dizer que a água é o recurso mundial estratégico número 1.

A maior pressão no que concerne aos recursos hídricos decorre da explosão demográfica. Estamos, atualmente, com uma população estimada em 5.600.000.000 habitantes; há uma previsão de 6.200.000.000 habitantes para o ano 2000 e uma previsão, mantidos os atuais índices médios de natalidade, de 8.500.000.000 habitantes para o ano 2025. Então, a questão demográfica constitui um fator dos mais sérios e dos mais graves no tocante à demanda de água doce.

As atividades humanas pesam, também, cada vez mais, no que respeita ao meio ambiente. O ecossistema aquático está cada vez mais comprometido. No Brasil, as atividades de garimpo, por exemplo, têm comprometido nossos recursos hídricos de maneira profunda, e a maior parte dos nossos cursos de água cortam áreas potencialmente ricas em recursos minerais, que são suscetíveis de atividade de exploração por garimpagem. Muitos rios da Amazônia estão comprometidos por causa do mercúrio. Os esgotos da maior parte das cidades brasileiras estão sem tratamento. Na bacia do São Francisco, apenas Petrolina e as cidades reconstruídas devido ao enchimento de reservatório da CHESF possuem tratamento de esgoto.

É de considerar, também, que o avanço do progresso faz com que populações mais carentes, cujo consumo de água é reduzido, passem a consumir mais água, atingindo o consumo médio de países desenvolvidos, que é de 2 mil litros de água por dia por pessoa. Logicamente, considera-se não apenas a água utilizada para dessedentação, higiene pessoal, mas a utilizada para objetos, alimentos ou coisas, por cada indivíduo. Como exemplo, podemos citar um pé de milho: durante o seu ciclo, consome aproximadamente 226 litros de água. Isso significa que, para que nós tenhamos 250, 300g de milho, o consumo médio de água é de 200, 220 litros. Para a construção de um automóvel, estima-se um consumo de aproximadamente 30 mil litros de água. Então, à medida que populações mais carentes, com o necessário avanço do progresso, atingem níveis de melhor situação socioeconômica, aumenta a pressão da demanda no tocante aos recursos hídricos.

Vejamos agora o quadro que apresenta uma série de outros usos da água. Como bem econômico, deve ser aproveitada numa perspectiva de usos múltiplos. Muitos desses são conflitantes. Se nós, a título de exemplo, fizermos algumas comparações, vamos dizer, geração de energia, no item 1, com irrigação, esses dois tipos de uso, se não forem planejados em conjunto, geram conflitos. Ontem, à tarde, tivemos debates muito calorosos e muito produtivos, no sentido de procurar direcionamento para um conflito marcante na bacia do São Francisco, que é o conflito entre a geração de energia e a irrigação. A constituição das CIPEs e do Parlamento das Águas, considerando que as Assembléias Legislativas funcionam como caixas de ressonância dos anseios da comunidade, é palco para a discussão desses conflitos - acho que seria desnecessário citar exemplos mais detalhados, pois poderemos citá-los mais à frente, quando comentaremos o trabalho da CIPE do São Francisco e o futuro trabalho das próximas CIPEs.

A CIPE do São Francisco é a comissão parlamentar composta de Deputados da Bahia, de Alagoas, Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe, instituída para procurar, através da atividade parlamentar, caminhos para se atingirem modelos de desenvolvimento

sustentável polarizado na bacia hidrográfica. A sua criação precedeu a instalação da Conferência Mundial das Nações Unidas, em 1992, que foi instalada aqui, numa reunião ocorrida em maio de 1992, e, desde então, vem desenvolvendo seu trabalho.

Na próxima transparência, teremos uma relação das reuniões anteriores dessa comissão. Em maio de 1992, nós tivemos a sua instalação. Em agosto de 1992, a CIPE do São Francisco realizou uma importante reunião no Recife, e foram discutidos detalhes relacionados à legislação brasileira de recursos hídricos. Tramitava e ainda tramita no Congresso Nacional um importante projeto de lei que disciplina a política nacional de recursos hídricos. A partir dessa reunião de agosto de 1992, produziram-se 13 emendas que foram encaminhadas pela CIPE do São Francisco ao relator da matéria, Deputado Fábio Feldmann. Algumas delas integram o substitutivo que esse Deputado apresentou e que está, atualmente, em tramitação no Congresso Nacional. Em outubro de 1992, estivemos estudando em Maceió o uso energético e seus impactos na bacia do São Francisco. Em abril de 1993, em Petrolina e em Juazeiro, estivemos estudando problemas ligados à irrigação e seus impactos. É de ressaltar que a tecnologia de irrigação atualmente disponível no vale do São Francisco parece necessitar de aprimoramento para que haja melhor aproveitamento dos recursos hídricos. A irrigação a céu aberto tem facilitado a infiltração e a evaporação. A geração de energia já planeja sua utilização, na área do São Francisco, de 2/3 da capacidade do rio. Atualmente sua capacidade média é de 2.800.000m³/s, e a demanda energética corresponde a 2.000.000m³/s, restando, aproximadamente, 1.000.000m³/s para utilização e irrigação. Considerando que a bacia do São Francisco tem, aproximadamente, 3.000.000ha de terras potencialmente irrigáveis, esse potencial de água disponível para irrigação não é suficiente para irrigar 1/3 das terras disponíveis para irrigação no São Francisco. Em maio de 1993, comparecemos à SUDENE, levando a contribuição da comissão ao Programa Nordeste. Em setembro de 1993, a comissão esteve em Brasília, na Câmara dos Deputados, discutindo com a CODEVASF importantes aspectos do plano de aplicação de recursos daquela empresa. Em outubro do mesmo ano, estivemos em Aracaju, estudando aspectos da nossa pauta, que já tinha sido acertada previamente, desde 1992, e foi muito interessante a reunião em que se discutiram os impactos sobre a pesca gerados pelo "barramento" de alternativas de piscicultura. Em novembro, estivemos em Recife, estudando problemas de navegação e estamos hoje, em Belo Horizonte, com a proposta da CIPE para extensão desse trabalho parlamentar e a criação de novas CIPEs e, conseqüentemente, do Parlamento das Águas. Uma das CIPEs que pretendemos instalar aqui, hoje, é a do rio Doce. Rio Doce é outra importante bacia hidrográfica compartilhada por Minas Gerais e Espírito Santo. Sobre ela já foi desenvolvido importante estudo de diagnóstico dos conflitos e de interesses do uso múltiplo desordenado das águas. Tivemos, ontem, uma palestra sobre isso; o ex-Secretário Octávio Elísio apresentou um panorama geral do que é o gerenciamento - o que se pretende para o Estado de Minas - do uso múltiplo e racional de recursos hídricos, pautado, sobretudo, na experiência do Projeto Rio Doce desenvolvido por aquela Secretaria. Pretendemos, também, assinar um protocolo de intenções no sentido de se instalar a CIPE do rio Jequitinhonha, rio compartilhado por Minas e Bahia, que atravessa uma região muito carente de recursos, altamente desmatada, submetida, também, ao impacto do garimpo e da mineração desordenada.

Outra CIPE que pretendemos instalar é a Comissão Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável do Rio Paraíba do Sul, bacia hidrográfica compartilhada por São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Essa bacia, principalmente, sofre o impacto do lançamento de esgotos de uma área densamente urbanizada. Outra CIPE que pretendemos instalar é a da bacia Platina-Paraná, composta pelos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Essa é uma área de desenvolvimento econômico mais avançado. Por isso mesmo a pressão demográfica no que tange aos recursos hídricos é muito intensa. E a maior parte das cidades também não têm estação de tratamento. Essa CIPE deve discutir também aspectos importantes ligados a hidrovias, ao aproveitamento dos rios como vias de transporte, o que ainda não é uma realidade no Brasil. Com a constituição, agora, do MERCOSUL a ligação desses rios da bacia Platina com o Uruguai, Paraguai e Argentina poderá ser um importante tema a ser discutido, a ser desenvolvido nas reuniões da CIPE-bacia Platina. A CIPE-bacia Platina deverá prever um problema ainda não equacionado, envolvendo terras úmidas do Brasil, problema referente à contaminação do Pantanal. O Pantanal do Mato Grosso do Sul é uma das regiões ecológicas de maior fragilidade, de maior preocupação por parte da comunidade internacional. Corresponde a uma das poucas regiões de planície de inundação, de áreas úmidas, ecossistema com rica vida selvagem. Alguns países da África, como Botsuana, no sul da África, aproveitam ecossistema semelhante ao do Pantanal, conservando-o racionalmente e têm como principal fonte de divisas o turismo ecológico. O Pantanal ainda não constitui significativa fonte de divisas, provenientes de turismo ecológico, talvez por falta de investimento adequadamente direcionado, por falta de planejamento para adaptar uma região tão exuberante no

contexto ecológico a seu aproveitamento racional e econômico através do turismo ecológico. Infelizmente, estivemos há pouco tempo no Pantanal e tivemos notícia da contaminação por mercúrio, proveniente de garimpo de ouro, em que se usa diluente hidráulico, mais exatamente na região de Poconé. Há conflitos de interesses decorrentes da atividade de garimpagem, que é uma atividade marginal à mineração, porque contraria os princípios de economia mineral, os princípios de desenvolvimento social e econômico. O garimpo é também uma ameaça à maior parte dos rios brasileiros e à maior parte das CIPEs a serem constituídas. Estávamos discutindo esse problema, que é um dos mais sérios problemas de degradação das nossas bacias hidrográficas. É importante ressaltar que estamos aqui, com Deputados representantes de bacias intermitentes do Nordeste, como a do rio Piranha, para solicitar à Assembléia que inclua no Protocolo de Intenções a constituição da CIPE da bacia do rio Piranha. Os representantes do Estado do Tocantins e do Estado de Goiás reivindicaram também a inclusão da bacia Amazônica. Através do Estado de Tocantins e do Estado de Goiás faremos a integração, nesse movimento de ação parlamentar, baseada em bacia hidrográfica, da bacia Amazônica. As CIPEs a serem constituídas a partir do Protocolo de Intenções, que será firmado aqui, hoje, passarão a constituir o Parlamento das Águas, cujo objetivo geral é estabelecer um fórum permanente de debates e de articulações políticas a fim de implementar e apoiar iniciativas voltadas para o desenvolvimento regional das bacias brasileiras, com base na proteção e no uso racional sustentável dos recursos naturais, em especial dos recursos hídricos. Voltando, então, àquela nossa reflexão inicial, lembrando, novamente, as palavras do Comandante Frank Borman, acho que a nossa missão aqui, a missão de cada um de nós é refletir de que maneira podemos contribuir para atingir o nosso objetivo, que é o de equacionar a limitada disponibilidade dos recursos hídricos neste Planeta, de apenas 0,36% do contexto global, dentro de uma reflexão de que a Terra é um sistema fechado, um oásis de vida na imensa solidão do cosmo. É preciso saber compartilhar, traçar caminhos adequados para o uso racional, múltiplo, sustentável dos recursos hídricos. É preciso também considerar que o uso múltiplo e racional dos recursos hídricos está condicionado à racionalidade na exploração de outros recursos, que se relacionam, na dinâmica ecológica do planeta, com os recursos hídricos. Não se pode pensar em conservar água sem conservar solo, sem conservar vegetação. Esta é a grande missão do Parlamento das Águas: conciliar a exploração dos recursos naturais com a bacia hidrográfica.

A nossa Constituição já estabelece a bacia hidrográfica como base do planejamento regional. Agora, estamos partindo para um novo modelo de exercício político. É aquele exercício que considera a bacia hidrográfica como a base da atividade política. Antes, exercitamos a política municipal, a política estadual e a Federal. Agora, vamos exercitar a política da bacia hidrográfica, iniciada pela CIPE - São Francisco. Será um movimento interparlamentar, interestadual, suprapartidário, que não conhecerá fronteiras.

Poderíamos dizer que o céu seria o nosso limite. Mas de lá, da solidão do espaço estéril, nos lembrou Frank Borman, a Terra ainda é o nosso limite, e limitada é a nossa reserva de recursos hídricos. Também acho que é necessário refletir na maneira pela qual cada um de nós poderá contribuir para proteger e usar racionalmente esse precioso recurso natural estratégico da Terra. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Esta Presidência tem o prazer de informar que, em reunião realizada hoje com os Presidentes de todas as Assembléias aqui presentes, foi aprovado um protocolo de intenções sobre o Parlamento das Águas.

Vamos solicitar ao locutor da Assembléia, Sr. Roberto Márcio, que faça a leitura do protocolo, para o conhecimento de todos.

Leitura do Protocolo de Criação das CIPEs e do Parlamento das Águas

O Sr. Roberto Márcio - (- Lê:)

"PARLAMENTO DAS ÁGUAS PROTOCOLO DE INTENÇÕES

As Assembléias Legislativas dos Estados de Alagoas, da Bahia, do Espírito Santo, de Goiás, de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, de Minas Gerais, da Paraíba, do Paraná, de Pernambuco, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, de São Paulo, de Sergipe e de Tocantins, representadas por seus respectivos Presidentes, acordam em:

Art. 1º - Instituir o Parlamento das Águas nos Estados que compartilham bacias hidrográficas.

§ 1º - O Parlamento das Águas será composto pelas CIPEs das bacias hidrográficas brasileiras.

§ 2º - As Assembléias acordantes se comprometem a criar e implementar as seguintes CIPEs: rio Doce, rio Paraíba do Sul, rio Jequitinhonha, rio Piranhas, bacia Platina-Paraná e bacia Amazônica.

§ 3º - Comprometem-se também a atuar com vistas a ampliar o Parlamento das Águas a outras bacias brasileiras.

Dos Objetivos

Art. 2º - O objetivo geral do Parlamento das Águas é estabelecer um fórum permanente de debates e de articulações políticas, para implementar e apoiar iniciativas voltadas para o desenvolvimento regional das bacias hidrográficas brasileiras, com base na proteção e no uso múltiplo, racional e sustentável dos recursos naturais, em especial dos recursos hídricos.

Art. 3º - Os objetivos específicos do Parlamento das Águas são:

I - promover a integração parlamentar interestadual, tendo por base geográfica as bacias hidrográficas compartilhadas por diferentes unidades da federação;

II - promover estudos geopolíticos voltados para o equacionamento das questões relacionadas à proteção e ao aproveitamento racional dos recursos hídricos;

III - congregar esforços políticos e técnicos indispensáveis à recuperação, à proteção e ao desenvolvimento dos meios físicos, biológicos e socioculturais das bacias hidrográficas;

IV - sensibilizar a sociedade nacional de forma a contribuir para a formação da consciência pública, com vistas ao aproveitamento racional dos recursos hídricos e à proteção dos ecossistemas;

V - ser agente aglutinador dos interesses dos órgãos e usuários dos recursos hídricos que atuam nas respectivas bacias hidrográficas;

VI - investigar aspectos de usos e conflitos socioeconômicos e ecológicos, recomendando providências aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e dos municípios integrantes da bacia;

VII - articular-se com organismos nacionais e internacionais para o encaminhamento de proposições de interesse, inclusive captação de recursos, destinados aos estudos, aos projetos e aos planos de desenvolvimento regional, à proteção e ao uso múltiplo racional dos recursos hídricos;

VIII - congregar esforços institucionais para a formação de comitês, agências e consórcios intermunicipais de bacias, bem como de outros órgãos com o objetivo de se atingir o uso múltiplo e sustentável dos recursos hídricos em nível regional;

IX - atuar politicamente para desfazer conflitos de competência - uso econômico x qualidade de água - nas estruturas administrativas estaduais e federais;

X - apresentar proposições legislativas que consubstanciem suas conclusões sobre diversos aspectos específicos da questão de uso racional de recursos hídricos e de desenvolvimento regional;

XI - atuar segundo as iniciativas do Tribunal das Águas.

Do Funcionamento

Art. 4º - O Parlamento das Águas se reunirá ordinariamente uma vez por semestre em uma das Assembléias acordantes, definida mediante sistema de rodízio.

Parágrafo único - As reuniões ordinárias destinam-se ao repasse das ações desenvolvidas pelas CIPES e à discussão e deliberação de ações a serem encaminhadas solidariamente em nível nacional.

Art. 5º - Os Presidentes das CIPES constituirão a Mesa Diretora do Parlamento das Águas, com a seguinte estrutura:

I - Presidente;

II - 1º-Vice-Presidente;

III - 2º-Vice-Presidente;

IV - 1º-Secretário;

V - 2º-Secretário;

VI - 3º-Secretário.

Parágrafo único - Até que todas as bacias referidas no art. 1º, § 2º, tenham suas CIPES integrando o Parlamento das Águas, atuará como Presidente desse fórum o Presidente da CIPE-São Francisco.

Art. 6º - Cabe ao Presidente do Parlamento das Águas dotá-lo da infra-estrutura necessária ao seu funcionamento.

Por estarem assim acordados, firmam o presente protocolo de intenções os Srs. Presidentes das Assembléias Legislativas.

Em 1º de junho de 1994.

Assembléias Legislativas dos Estados de Alagoas, da Bahia, do Espírito Santo, de Goiás, de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, de Minas Gerais, da Paraíba, do Paraná, de Pernambuco, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, de São Paulo, de Sergipe e de Tocantins."

O Sr. Presidente - Esta Presidência, após a leitura do Protocolo de Criação das CIPES e do Parlamento das Águas, tem o prazer de passar a palavra ao ilustre Dr. Luiz Gabriel de Azevedo, representante do Banco Mundial, que discorrerá sobre o tema "perspectivas de financiamento para projetos de uso múltiplo e sustentável dos recursos hídricos". Com a palavra, o nosso convidado.

Palavras do Sr. Luiz Gabriel de Azevedo

O Sr. Luiz Gabriel de Azevedo - Exmo. Sr. Presidente da Mesa, Deputado José Ferraz; demais membros da Mesa; senhores parlamentares; representantes de órgãos federais,

estaduais e municipais; senhores membros da comitiva norte-americana, liderados pelo Senador Chuck Horn; senhoras e senhores, em primeiro lugar, gostaria de agradecer, em nome do Banco Mundial, o gentil convite que nos foi enviado pelo Deputado José Ferraz e pela CIPE para que participássemos desta reunião. É, para mim, uma dupla satisfação estar aqui presente, tendo em vista que, como profissional da área dos recursos hídricos, vejo o rio São Francisco como um grande desafio, mas, também, como uma grande promessa para esta região e para o Brasil. Por outro lado, como nordestino do Estado da Bahia, já desfrutei desse rio como fonte de água potável, como veículo de lazer e como produtor do delicioso surubim. Dessa forma, não posso negar que compartilho de muitas das emoções aqui demonstradas, durante estes últimos dias, em relação ao nosso "velho Chico".

Como os senhores sabem, estou aqui para apresentar algumas das visões do Banco sobre o futuro da exploração e do gerenciamento dos recursos hídricos e sobre projetos de usos múltiplos. Gostaria de abordar esse tema dividindo a minha apresentação em três etapas. Na primeira, farei um pequeno relato histórico do envolvimento do Banco Mundial na bacia do rio São Francisco. Na segunda etapa, abordarei alguns dos desafios que temos enfrentado com os projetos em andamento. E, na terceira etapa, farei algumas considerações sobre a nossa visão futura para o desenvolvimento sustentável dos recursos hídricos e da bacia do rio São Francisco.

Historicamente, o envolvimento do Banco na bacia tem ocorrido em apenas dois setores. No setor agrícola, estamos envolvidos em projetos de irrigação e, no setor de energia, em projetos hidroelétricos. Nos nossos projetos de irrigação, temos sempre trabalhado com a CODEVASF, enquanto, nos projetos energéticos, temos trabalhado com a ELETROBRÁS, a CHESF e algumas subsidiárias estaduais.

O envolvimento do Banco Mundial na bacia teve início com o apoio financeiro para a implementação de uma das etapas do Sistema Paulo Afonso. Posteriormente, tivemos uma participação modesta no reassentamento de algumas das famílias que foram desalojadas pelo enchimento do lago da Barragem de Sobradinho. Apoiamos, também, o projeto conhecido como Baixo São Francisco, projeto esse muito complexo do ponto de vista técnico e que envolveu a construção de diques de proteção e de sistemas de irrigação e de drenagem. O Banco participou também no Projeto do Alto e Médio São Francisco, que alguns dos senhores já devem conhecer. Esse projeto se encontra próximo ao seu encerramento, neste ano de 1994, e trata da reabilitação de perímetros de irrigação da CODEVASF, envolvendo não somente a reabilitação da infra-estrutura, mas, também, a criação e o fortalecimento de juntas de usuários. Essas juntas de usuários são compostas de agricultores, que serão os grandes beneficiários do projeto.

Um outro projeto que se tem tornado bastante conhecido, principalmente aqui em Minas Gerais, é o Projeto Jaíba. Como os senhores sabem, este é um projeto de irrigação muito grande, um dos maiores das Américas. O Banco Mundial decidiu entrar como parceiro no projeto, depois que o Governo brasileiro já havia feito vultosos investimentos para sua implantação.

O Banco também participou do projeto conhecido como Médio São Francisco, que é composto por dois esquemas de irrigação: o Barreiros Norte, com mais ou menos 6.000ha, e o Formoso H, com 4.000ha a 5.000ha.

Alguns dos projetos de irrigação citados são parte de um programa do Governo brasileiro, cujo objetivo final é a criação de pólos de desenvolvimento semelhantes ao pólo Juazeiro-Petrolina. A idéia é que o Governo invista na infra-estrutura, em áreas com grande potencial de desenvolvimento, criando, assim, as condições e os incentivos para atrair a iniciativa privada.

Certamente, muitos dos senhores já ouviram falar do Projeto Itaparica. Gostaria de esclarecer que o Banco não teve nenhuma participação na construção da barragem ou no projeto hidroelétrico. O envolvimento do Banco se iniciou a partir da solicitação de apoio, por parte do Governo brasileiro, para o reassentamento das famílias deslocadas pelo enchimento do lago. Esse projeto, ainda em andamento, envolve a irrigação de mais ou menos 20.000ha, distribuídos em cinco esquemas. A implantação do Projeto Itaparica tem sido dificultada por uma série de condicionantes físicos como solo, clima e topografia, assim como por condicionantes sociais.

Gostaria de iniciar a transição entre o apanhado histórico e a situação presente enfatizando um aspecto muito importante, relacionado com o Projeto Itaparica. Da experiência, em Itaparica, o Banco confirmou uma lição que já havia experimentado em outras partes do mundo: em projetos dessa natureza, tão importante quanto o planejamento energético é o planejamento para o reassentamento das populações influenciadas pelo projeto. Tal planejamento transcende aspectos simples de substituição de terras ou moradias e de indenização e deve incluir uma série de variáveis sociais, culturais, históricas e políticas de difícil equacionamento, seguindo uma metodologia holística, como foi explicado ontem pelo Dr. Theófilo Benedito Otôni Neto.

Finalmente, ainda no terreno histórico, há mais ou menos dez anos, apoiamos financeiramente estudos para preparação de um plano de ação regional, incluindo

análise de viabilidade para a transposição de águas da bacia do rio São Francisco para outras bacias hidrográficas do Nordeste. Entre as conclusões desse estudo, foi definido que tal projeto poderia ser viável apenas depois que todos os recursos hídricos existentes fossem nas bacias receptoras devidamente explorados e que uma série de estudos complementares seriam necessários para uma melhor análise da proposta.

Presentemente, o Banco continua apoiando o Brasil em uma série de projetos, em diversos setores. No setor de recursos hídricos e irrigação, que me é mais familiar, temos constantemente enfrentado um problema muito sério de atraso na alocação dos recursos de contrapartida nacional, problema esse que foi muito bem apresentado ontem pelo Deputado Pedro Alcântara, da Bahia. Principalmente no caso dos projetos de irrigação, temos sofrido com os atrasos na alocação dos recursos nacionais, o que não só encarece os projetos como tem chegado ao ponto de ameaçar provocar o cancelamento de alguns deles. Portanto, quero enfatizar a importância de se concluírem os projetos em andamento antes de embarcarmos numa série de novos projetos. Isso está relacionado com o problema da falta de continuidade no estabelecimento de prioridades, também discutido ontem neste Plenário.

A alocação dos recursos de contrapartida nacional é um problema essencial, e gostaria de aproveitar a oportunidade para agradecer os esforços do Ministro da Integração Regional, Sr. Aluísio Alves; do Ministro das Minas e Energia e de outros Ministros que, durante a nossa última missão em Brasília, tentaram facilitar o processo de liberação de tais recursos.

O Banco tem procurado enfatizar, durante a implantação dos seus projetos, alguns dos aspectos aqui discutidos, como a importância de se considerarem variáveis sociais e culturais; a biodiversidade, tão enfaticamente mencionada pelo Prof. Cláudio Scliar; os aspectos de sustentabilidade e planejamento integrado na gestão dos recursos hídricos, aspectos esses muito bem discutidos pelo Secretário Octávio Elísio e pelos colegas Vinícius e Ciro, do DENAEE; o aspecto de recuperação de custos; o do usuário pagador; o do poluidor pagador; o da importância que se deve dar à proteção do meio ambiente, assunto esse discutido por todos os palestrantes presentes neste encontro; e a nossa preocupação com a multiplicação dos esforços, ao invés de sua divisão, como foi dito ontem pela Maria Dalce Ricas. Todos esses aspectos têm estado presentes nas ações do Banco e deverão estar presentes com mais ênfase ainda no futuro, como direi adiante.

Concordamos também com os colegas do DENAEE quando afirmaram que o Brasil possui uma capacidade técnica privilegiada e de alta qualidade na área de recursos hídricos. No entanto, achamos que se faz necessária a reformulação do marco institucional e do marco jurídico, de forma a se definirem as ações dos técnicos e políticos brasileiros para esse setor. Nesse sentido, no momento em que um projeto de lei muito importante tramita no Congresso sobre a política nacional para gestão de recursos hídricos, o Banco está prestando o seu apoio através da realização de encontros tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos. Nesses encontros entre os técnicos do Banco Mundial, profissionais da área nos Estados Unidos e políticos brasileiros dos níveis federal, estadual e municipal, assim como técnicos brasileiros das esferas federal e estadual, se discutem alguns dos exemplos e modelos que são aplicados em outras partes do mundo. O objetivo desses encontros é ilustrar e demonstrar às pessoas envolvidas a existência de outros modelos de planejamento e gerenciamento de recursos hídricos, que poderiam ser adaptados à realidade nacional.

Falando do futuro, quero responder a uma pergunta que me foi feita ontem por várias pessoas, relativa ao papel do Banco Mundial e aos seus projetos no Brasil. O papel do Banco nunca foi o de criar projetos para o Brasil, como me foi colocado ontem, mas sim, o de apoiar o Brasil, como parceiro, em projetos de interesse nacional concebidos e elaborados por brasileiros. No futuro, esperamos poder continuar apoiando o Brasil no seu desenvolvimento, mas sempre no papel de parceiro convidado a participar pelos representantes do povo brasileiro.

No momento em que o Banco Mundial completa 50 anos de existência, nós temos procurado analisar a nossa história e a nossa vasta experiência com o objetivo de traçar as nossas metas e estratégias para o futuro. Nesse processo, temos tentado ser o mais transparente possível ao apresentar as nossas idéias e ao discuti-las com os nossos clientes, os países membros. Como resultado, na área de gerenciamento de recursos hídricos, o Banco publicou no ano passado um documento descrevendo a sua nova política para o gerenciamento de recursos hídricos. Farei chegar às mãos da CIPE - São Francisco uma cópia dessa publicação. Como parte desse documento, no item que trata da problemática dos recursos hídricos, da política do Banco e dos seus objetivos, é dito que o objetivo maior do Banco é a redução da pobreza e que o Banco pretende apoiar esforços dos países membros em promover um desenvolvimento sustentável, eficiente e cujos benefícios sejam bem distribuídos entre as camadas sociais. Isso envolve o apoio de uma forma economicamente viável, de maneira que garanta a sustentabilidade do meio ambiente e que seja socialmente justa, a projetos

de água potável e saneamento, proteção contra cheias, drenagem, irrigação, etc. Reconhecendo também que, no passado, a gestão dos recursos hídricos foi caracterizada por uma fragmentação muito grande, pretendemos enfatizar a importância de uma política abrangente para cada país e de que as decisões sejam tomadas levando em conta as interdependências que caracterizam o recurso água. Tendo observado também os desperdícios e ineficiências resultantes da utilização de certas políticas de preços e outros instrumentos para gerenciar a demanda e para guiar a alocação da água, a nova proposta se baseia na importância da descentralização no processo de implementação de projetos e do uso das leis de mercado, considerando que a água é um bem econômico. Reconhecendo que o uso da água em todas as suas formas afeta os ecossistemas naturais e a saúde humana, a nova política destaca a importância de se prevenir e se mitigarem as conseqüências ambientais dos investimentos públicos e de se estabelecerem políticas regulatórias efetivas para esse controle.

Nesse contexto, o gerenciamento integrado dos recursos hídricos, a sua descentralização, a participação de todos os grupos de interesse, o reconhecimento do efeito multiplicador de projetos de usos múltiplos e de que a bacia hidrográfica é a unidade ideal de planejamento se tornam condições essenciais para o sucesso no gerenciamento dos recursos hídricos. Aliada a essas condições, está também a necessidade de se promover o uso eficiente desses recursos através de incentivos, como, por exemplo, da alocação de direitos de água e do reconhecimento dos binômios quantidade/qualidade e superficial/subterrânea.

O rio São Francisco tem um potencial de desenvolvimento muito grande, mas é fundamental que esse desenvolvimento se faça de maneira racional e responsável, respeitando o que tem sido exposto nesta conferência. Nós, no Banco Mundial, esperamos poder participar de tal programa de desenvolvimento.

Finalmente, gostaria de oferecer um atestado sobre o aspecto do conflito de idéias discutido muitas vezes durante esta reunião. Em minha experiência com recursos hídricos, trabalhando nos Estados Unidos e no Canadá e, posteriormente, em várias partes do mundo, posso garantir que raramente ou quase nunca existe consenso no processo de planejamento e gerenciamento de recursos hídricos. O conflito de idéias é um reflexo do processo democrático, em que as melhores soluções são geralmente encontradas. É necessário que isso seja reconhecido, que tenhamos consciência de que é muito melhor prevenir do que corrigir, de que é melhor gerenciar riscos do que gerenciar crises e de que precisamos seguir uma política antecipatória. Isso tudo é o que estamos fazendo aqui, nesta reunião, e, portanto, quero parabenizar a todos aqueles que têm trabalhado para que isso aconteça. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Dr. Chuck Horn, Senador pelo Estado norte-americano de Ohio.

Palavras do Senador Chuck Horn

O Senador Chuck Horn* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, meus senhores e minhas senhoras, meus cinco colegas e eu, da comissão americana, gostaríamos de cumprimentar a cada um de vocês e agradecer pelo convite. Somos da Conferência Nacional de Assembléias Legislativas e estamos também representando o programa de intercâmbio em nível estadual dos Estados brasileiros e americanos, conhecido como Companheiros das Américas. Devo dizer que, para nós, esta é a primeira vez que vimos ao Brasil. É a nossa primeira visita, e estamos maravilhados, estamos gostando muito. A cada dia, que passa estamos aprendendo mais.

Gostaria de enfatizar que é uma grande honra para nós sermos convidados para participar do Parlamento das Águas e para mim, pessoalmente, é uma honra maior ainda ter sido convidado para falar agora neste Plenário. Devo dizer também e faço questão de salientar que o Deputado Baldonado Napoleão foi o principal responsável pela nossa visita e, por isso, o nosso agradecimento todo especial a ele, que, em contato com a nossa Conferência Internacional, conseguiu esquematizar essa nossa vinda ao Brasil.

Permitam-me explicar um pouquinho sobre esse programa conhecido como Companheiros das Américas. É uma organização internacional que visa fomentar e incentivar o programa de intercâmbio. Tenho certeza de que vários dos senhores já conhecem esse programa Partners of the Americas, National Conference of State Legislatures - NCSL -, conhecido como Companheiros das Américas.

A finalidade dessa entidade, Companheiros das Américas, é promover um amplo conagraçamento por meio do intercâmbio de visitas entre pessoas e entidades de vários países do mundo. Especificamente, no nosso caso, funciona em nível de relacionamento entre os Estados do Brasil e os dos Estados Unidos.

Com todas as maravilhas e progressos tecnológicos modernos, principalmente na área de viagens e de telecomunicações, o mundo, hoje, tornou-se, realmente, uma aldeia global, um pequeno planeta. Não há mais justificativa para se desconhecer o que acontece em outras regiões do mundo, em outras regiões do nosso planeta.

O motivo principal desses intercâmbios e viagens internacionais é que pessoas de um país conheçam as pessoas de outro país, para se evitarem guerras e disputas. Felizmente, esse clima antagônico foi superado e, hoje, parece-me que um dos grandes,

se não o maior motivo do intercâmbio internacional é essa preocupação ecológica, ambiental, a percepção de que, afinal de contas, independentemente de fronteiras, línguas e de tudo o mais, todos nós habitamos o mesmo mundo.

Meus cinco colegas e eu ficamos honrados, hoje de manhã, no Plenarinho, em participar de uma reunião em que foram debatidos vários assuntos, sendo o principal deles justamente a necessidade de se acelerar mais ainda esse intercâmbio internacional. Tenho certeza de que essa iniciativa muito contribuirá para esses intercâmbios entre países, o que nos dá grande satisfação. A partir da reunião de hoje cedo, ficou claro que vai haver uma esquematização, uma estruturação melhor, que devem aumentar a intensidade e o número de viagens e de intercâmbios entre nossos países. Esse é um dos motivos pelo quais, repito, tivemos grande satisfação em participar dessa reunião.

Além da organização Companheiros das Américas, como disse, há outra organização que co-patrocinou nossa vinda ao Brasil: a Conferência Nacional das Assembléias Legislativas dos Estados Unidos, entidade de nível nacional, que congrega como participantes tanto Deputados como Senadores - pois lá há também Senadores Estaduais - além de funcionários das Assembléias Legislativas dos Estados da Federação, que lá são 50.

A Conferência Nacional das Assembléias Legislativas se reúne, periodicamente, a cada ano e, basicamente, visa a um intercâmbio, a um processo de coordenação, para que as 50 Assembléias se conheçam melhor. Uma das finalidades da Conferência Nacional das Assembléias Legislativas é representar os nossos interesses comuns, na medida em que estes existem nas 50 Assembléias Legislativas, perante o poder federal, em Washington.

Devo confessar que, de certo modo, há um relacionamento não de confronto, mas uma atitude quase que de adversários entre os poderes estadual e federal, na medida em que tem havido, ultimamente, uma tendência de o Governo Federal, por meio de legislação, determinar que certas providências sejam tomadas pelo Estado. Então, o Estado tem esse mandato do Governo Federal para fazer certas coisas sem, necessariamente, ter os recursos, inclusive recursos econômicos, para colocá-las em prática. Então, há essa possibilidade potencial de um certo atrito em níveis estadual e federal. Mas também sabemos que, tanto o Governo Federal como os 50 Governos Estaduais têm, como uma de suas funções mais importantes, prestar todos os serviços necessários à população. Na medida em que isso aconteça, há, por via de consequência, necessidade de cooperação entre os dois níveis de Governo.

Dentro da nossa filosofia política de regime relativamente descentralizado, a idéia geral é que aquele Governo mais perto do povo, ou seja, o estadual, mais que o federal, e o municipal, ainda mais do que o estadual, é que deveriam prestar a maioria dos serviços por estarem mais perto da comunidade. Tudo isso que digo aos senhores é para ressaltar mais ainda a importância dessa conferência nacional das 50 Assembléias, para assegurar que haja um processo harmonioso de cooperação entre o Governo Estadual e o Governo Federal, sem demasiada ingerência do Governo Federal e, também, para que, em nível de 50 Estados, apesar da independência e da autonomia de cada um, haja uma certa padronização e uniformização entre os serviços prestados pelas Assembléias nos respectivos Estados.

Outra coisa, evidentemente, é que, entre os 50 Estados, existem uns mais fortes e outros mais fracos, alguns mais ricos, outros mais carentes. A conferência nacional não deixa de ser um veículo e uma oportunidade para que os Estados mais poderosos, digamos assim, repassem um pouco da sua ajuda e de sua tecnologia aos Estados mais carentes da Federação. Em nível pessoal, nós, que participamos, como qualquer outro veículo de intercâmbio, temos uma oportunidade de aprendizado e de enriquecimento muito grande.

Fazemos enorme questão, eu e meus colegas, de parabenizar a cada um dos senhores e das senhoras pela realização deste evento, Parlamento das Águas. Escutando várias das palestras e debates aqui na Assembléia, ontem e hoje, eu e meus colegas que somos de Estados diferentes lá nos Estados Unidos, podemos dizer que nos identificamos com muitos dos itens e dos temas que foram discutidos aqui, pois alguns dos nossos Estados, em termos da realidade hídrica, têm problemas bastante semelhantes aos que nós ouvimos ontem e hoje. Há bacias hidrográficas nos Estados Unidos que estão com déficit hídrico e, por essa razão a transposição de recursos hídricos também está sendo discutida. Vivemos essa realidade na Califórnia, na região do Pacífico, no Colorado, na região das Rochosas, onde as planícies encontram as montanhas rochosas, no Estado da Georgia, extremo Sudeste, e esses Estados estão, inclusive, representados aqui por 13 dos meus colegas. Uma coincidência interessante que foi mencionada, aqui, é que o conjunto de bacias hidrográficas brasileiras representa 20% da quantidade do montante hídrico de água disponível no mundo. E a coincidência é que, na minha região, que é a região Norte-Central dos Estados Unidos, logo abaixo dos cinco grandes lagos que fazem a divisão entre os Estados Unidos e o Canadá, o conjunto desses chamados cinco grandes lagos também representa o mesmo montante, ou

seja, 20% dos recursos hídricos de água doce do nosso planeta.

Concordo plenamente com o que foi dito neste seminário, ontem e hoje, sobre o fato de que o montante desses recursos hídricos pode, até, parecer suficiente no mundo de hoje, mas, certamente, não o será no futuro, a menos que haja um planejamento e um gerenciamento sério desses recursos.

No caso dos Estados Unidos, os recursos hídricos têm sido usados, historicamente, para fins de geração de energia elétrica, de navegação e, até, de lazer, para integração de bacias, e, muitas vezes, na verdade, para várias dessas finalidades.

Hoje em dia, fala-se muito em qualidade da água. Provavelmente, os senhores tiveram conhecimento, por meio da imprensa, de que em meu Estado natal, o Estado de Ohio, na cidade de Cleveland, que fica no Norte do Estado, um rio pegou fogo. Esse rio, como todos os rios daquela região Norte, deságua num dos Grandes Lagos. Esse rio, que banha a cidade de Cleveland, estava tão poluído, tão carregado de combustíveis, que foi perfeitamente possível que isso acontecesse. Esse exemplo, um tanto dramático, chamou a atenção para o problema e, num curto período de tempo, foi feito um enorme programa de despoluição dos Grandes Lagos, e, evidentemente, de todos os rios que abastecem esses lagos. Hoje, eles estão praticamente despoluídos, e nós, de certo modo, voltamos aos tempos antigos, em que os pescadores podem perfeitamente pescar e, com toda a segurança, comer os peixes que pescam.

Tenho que reconhecer, também, que, ultimamente, cada vez mais, o Governo Federal tem-se interessado e se mostrado responsável por essas questões de despoluição hídrica, de despoluição atmosférica, e, sob esse aspecto, tem havido uma legislação federal draconiana, muito forte, que tem gerado resultados por meio da despoluição de vias hídricas no país. Essa legislação faz-se necessária, tanto em nível federal como estadual. Como já foi dito neste Parlamento das Águas, toda essa poluição tem várias conseqüências diretas e indiretas na agricultura, passando pela questão do saneamento básico, pelos rejeitos, pelos lixões específicos, pelos vários tipos de lixo.

No caso dos Estados Unidos, outro problema, maior ainda, é a questão dos rejeitos da energia nuclear. Nada disso vai ser feito com segurança sem que haja ajuda de um processo legislativo muito forte.

Sr. Presidente da Mesa, antes de encerrar, gostaria de realçar a importância de qualquer tipo de intercâmbio internacional, hoje, pelo fato de habitarmos o mesmo planeta. Independentemente do tema específico, qualquer tipo de intercâmbio é sempre bem-vindo e devem vir outros.

Nós, na Conferência Nacional de Assembléias Legislativas, temos muitas experiências de intercâmbio, mesmo porque, nos Estados Unidos, incentivamos o intercâmbio nos vários níveis: desde o que se faz entre os Governos Estaduais até várias combinações possíveis de cooperação entre universidades, centros de pesquisa e setores da indústria privada. Mesmo internamente, sabemos da importância desses vários tipos de intercâmbio para o país.

À medida que a gente vê com bons olhos essa cooperação entre governos, ela se torna mais possível e benéfica, e se tornam claros os efeitos que ela pode gerar, em termos de comércio internacional e de todos os tipos de cooperação possível.

Concluindo, há uma concorrência - na acepção mais positiva do termo - que vai gerar vantagens para todos, e não é aquela concorrência antagônica, belicosa, beligerante de antigamente. Sob esse aspecto, a cooperação internacional aponta na direção certa.

Gostaria de ver a nossa Conferência Nacional de Assembléias Legislativas trabalhando em conjunto com o Brasil e com vários países para nosso enriquecimento e aprendizado mútuo. Queremos, e fazemos questão de ter, muitos programas específicos e mecanismos de troca de idéias e de informações. Esperamos acelerar isso daqui para a frente entre nossos dois países.

Muito obrigado, senhoras e senhores, por nos terem convidado, e pela oportunidade que me deram de falar aqui.

Sr. Presidente, Deputado José Ferraz, por favor aceite este pequeno sinal de toda nossa gratidão pela honra que nos concedeu de participar dos debates realizados aqui. Isto aqui é para V. Exa. se lembrar da gente e continuar se comunicando conosco.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Baldonado Napoleão.

Palavras do Deputado Baldonado Napoleão

O Deputado Baldonado Napoleão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores componentes da Mesa, senhoras e senhores, a experiência democrática que o Brasil está vivendo tem levado toda a sociedade brasileira a examinar as mudanças que precisam ser feitas, para que os benefícios da democracia cheguem mais rápido e mais efetivamente para a exploração do potencial de desenvolvimento deste grande País e para a solução dos problemas que tanto afligem nossas populações.

Gostaria de dizer aos senhores que, durante o longo período do regime militar, o Poder Legislativo foi colocado em quinto plano, e o Poder Executivo, em primeiro plano, tanto do ponto de vista de poder de decisão, quanto do ponto de vista de administração dos recursos públicos. Em vez de desconcentração, concentração; em vez

de descentralização, centralização. Hoje, o que estamos vivendo é uma ampla experiência democrática de liberdade no País. E, uma das maiores mudanças que a sociedade exige, hoje, tem a ver com o papel do Poder Legislativo. O parlamento não só aberto, mas participativo, é uma exigência da sociedade democrática. Aqui, em Minas Gerais, a Assembléia Legislativa tem feito um grande esforço para ampliar os horizontes de sua atuação em favor do desenvolvimento do Estado. Para muita gente parece surpreendente, e, às vezes, não é bem entendida a presença da Assembléia Legislativa de Minas como promotora de eventos, não só aqueles tradicionais de apoio e estímulo à cultura, mas também aqueles eventos ligados à substância da vida da sociedade. A Assembléia de Minas tem promovido e realizado aqui, neste Plenário, seminários, reuniões e simpósios para discutir a questão habitacional a questão da saúde, do saneamento básico, da educação e o problema das águas em nosso Estado, trazendo para o seio da Assembléia, dessa forma, as entidades públicas e privadas que têm responsabilidade na solução desses problemas sociais, econômicos e políticos. Não comparecem aqui somente os dirigentes das entidades públicas e privadas, mas também pessoas do povo. Até mesmo a discussão da assistência social tem merecido a atenção da Assembléia.

A Assembléia de Minas tem entendido que é preciso rever o papel do parlamento no Brasil. O que estamos vendo em Brasília é um descompasso entre o que a sociedade democrática exige do Poder Legislativo e o que ainda acontece. Daí a razão pela qual a imprensa dá um espaço gigantesco para os escândalos envolvendo a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional. Daí também o motivo de haver espaço para os que não têm interesse na democracia defenderem o voto em branco e a desmoralização dos políticos e do Poder Legislativo.

A Assembléia mineira, como já disse, tem feito um grande esforço para não ser atropelada pela opinião pública e pela própria sociedade, que exige que o parlamento participativo, aberto e transparente seja uma das marcas do Brasil democrático, que será o Brasil daqui a alguns anos, esperamos todos nós.

Uma das iniciativas mais importantes que a Assembléia de Minas tomou foi a criação no ano passado, das audiências públicas regionais. A Assembléia entende que o conhecimento dos problemas técnicos e administrativos do Estado não são prerrogativas do Poder Executivo. A Assembléia de Minas entende que não pode mais ficar numa atitude passiva, acomodada e homologatória das propostas do Poder Executivo. A comunidade exige do Poder Legislativo um conhecimento da realidade global que faz a vida da sociedade. A Assembléia entende que, mais do que conhecer e do que participar do debate, precisa possuir um conhecimento amplo dessa problemática.

Sabemos que uma das questões mais importantes da administração pública é a que diz respeito ao orçamento, à decisão de quanto vai ser arrecadado, de quem se vai arrecadar, de quanto vai ser gasto e em que setores, ou seja, quais são as prioridades da sociedade. O orçamento é o mais importante instrumento da administração pública e é, também, o instrumento político mais importante.

Então, a Assembléia de Minas começou a realizar as audiências públicas regionais no ano passado. Podíamos adotar o sistema de solicitar às instituições públicas de todo o Estado que mandassem para cá suas propostas, sugestões e reivindicações, para que os Deputados as transformassem em emendas ao orçamento, como tradicionalmente vem sendo feito há anos no Brasil. Mas a Assembléia achou necessário e importante ela mesma se deslocar para o interior. Neste ano, estamos quase no final do período de realização das 11 audiências públicas. Essas audiências levam para o interior não apenas o corpo técnico da Assembléia - que é o assessoramento fundamental para o desempenho do trabalho parlamentar -, mas também os próprios Deputados, a própria Mesa e seu próprio Presidente, para ouvir direto, durante dois dias de trabalho pesado, exaustivo e cansativo, mas importante, das instituições públicas e privadas, dos políticos, dos Prefeitos, dos Vereadores, dos líderes comunitários, das entidades de classe, dos sindicatos, das associações de donas de casa, das caixas escolares das escolas municipais e estaduais, dos clubes de serviços, enfim, ouvir da sociedade organizada as suas propostas para a formulação do orçamento do próximo ano.

E essa idéia, essa iniciativa da Assembléia já mudou a história do planejamento em Minas Gerais. Acredito que estamos construindo os alicerces de um novo sistema de planejamento em Minas Gerais, pois, a partir do orçamento que agora é feito com a participação da Assembléia Legislativa, vamos exigir que o orçamento do Estado não seja uma mera peça decorativa, tecnocrática, feita pelos burocratas do governo e homologada pela Assembléia Legislativa. A partir daqui, o orçamento do Estado não tem apenas as prioridades consagradas pelo Poder Executivo, que tem a grande responsabilidade pela sua execução, mas tem também a marca da presença da participação da sociedade organizada do interior do nosso Estado e da Capital.

Iniciativas como essas das audiências públicas e dos seminários que têm sido feitos é que têm levado a Assembléia de Minas a se apresentar à sociedade mineira como uma instituição responsável, como uma instituição que se esforça para que, no meio desse contexto de tanto descrédito para com os políticos, com a política, com os partidos e

até para com o País, possa surgir uma luz de esperança de que a democracia seja não um agravamento da situação e das condições de vida de milhões de brasileiros, mas a solução para transformar nosso País na grande potência que, na verdade, é.

Entendemos que a solução dos problemas passa pelo conhecimento técnico, pela eficiência e pelo profissionalismo da administração pública e, principalmente, e em primeira instância, passa pela consciência política, não só dos políticos, não só dos que dirigem as instituições, mas também da própria sociedade. Com esse objetivo, a Assembléia de Minas tem procurado, nessa linha de preocupação, aprimorar o seu trabalho, tornar a sua produção legislativa uma administração de qualidade total, conhecer as experiências de outros países mais desenvolvidos, como os Estados Unidos e a Alemanha, de outros países com o mesmo nível de desenvolvimento do nosso e, até mesmo, dos mais atrasados que o Brasil.

Nessa linha, no ano passado, a Assembléia tomou conhecimento da Conferência Nacional das Assembléias Legislativas dos Estados Unidos - que o Senador Horn mencionou aqui, agora - e tem desenvolvido um esforço muito grande para que os nossos assessores, os nossos consultores, o corpo técnico da Assembléia e os nossos parlamentares possam conhecer a experiência dessa entidade nos Estados Unidos.

E a presença, aqui, dessa delegação norte-americana, todos ligados ao Poder Legislativo Estadual - o Senador, os representantes da Conferência Nacional, que congrega as Assembléias norte-americanas, e representantes de Assembléias Legislativas de alguns Estados norte-americanos - significa não apenas a vinda de uma delegação de pessoas interessadas e de especialistas na área ambiental, mas ensejou, também, a reunião, hoje de manhã, deles com os Deputados Estaduais de oito Estados, que aqui estão representados, para a troca de experiência e a discussão de possível intercâmbio, com vista ao aprimoramento do papel, do desempenho, do trabalho do Poder Legislativo Estadual, aqui, em nosso País.

Antes de encerrar, quero dizer que temos plena certeza de que o regime democrático é o regime do conflito, e ninguém pense que as soluções adotadas e aprovadas pelo Congresso Nacional são as melhores para o Brasil. Um País da dimensão do Brasil deve ter um movimento organizado de baixo para cima, muito forte. Sem dúvida nenhuma existe um conflito muito forte entre os interesses dos Estados e os do Congresso Nacional, através dos projetos votados por este Poder. Sabemos pelas experiências dos Estados Unidos e de outros países desenvolvidos da Europa que há um grande campo, um grande espaço a ser ocupado nessa tarefa: fazer com que a legislação federal não seja feita sem o nosso conhecimento. Às vezes, essa legislação é até feita em detrimento dos interesses dos Estados. Temos que fazer essa legislação através do nosso trabalho organizado, buscando o aprimoramento do Poder Legislativo Estadual. É isso o que a Assembléia Legislativa de Minas Gerais está tentando fazer, com humildade, mas com grande senso de responsabilidade, diante da problemática de nosso Estado, e do potencial que temos como unidade da Federação, que precisa não só se desenvolver, cada vez mais, mas também continuar dando sua histórica contribuição ao desenvolvimento do País.

Termino, cumprimentando e saudando, em nome do Presidente e de toda a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, a delegação norte-americana, que representa o Poder Legislativo dos Estados Unidos, na expectativa de que estejam tendo uma boa estada no Brasil. Estamos nos encontrando pela primeira vez e esperamos que possamos trocar experiências para a aproximação entre os nossos povos e o desenvolvimento de nossas relações, não só econômicas, mas também de amizade. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o nosso conferencista, Dr. Jairo Costa, Presidente da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza.

Palavras do Sr. Jairo Costa

O Sr. Jairo Costa* - Meus senhores, minhas senhoras, meu nome é Jairo Costa. Sou Presidente da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, que é a mais antiga das ONGs do País. Ela se dedica, desde 1958, às questões ambientais. Ao longo desses anos, estabelecemos uma série de critérios de trabalho e sempre fez parte dos nossos quadros um grupo de cientistas dos mais respeitados deste País no campo da ecologia.

É uma honra muito grande para mim e para a nossa Fundação participar deste trabalho, comparecendo ao Parlamento das Águas.

A água é um bem com o qual a humanidade começa a se preocupar profundamente. Tenho a oportunidade, também, de, dentro da nossa Fundação, desenvolver uma série de programas de proteção das microbacias.

Estou chegando, hoje, de São José dos Campos, onde houve um encontro sobre o vale do rio Paraíba. É muito importante sabermos que todos esses movimentos estão crescendo e que essa conscientização está acontecendo de uma maneira muito importante. Devemos, de certo modo, assinalar que o encontro Rio-92 foi um marco muito importante para a humanidade. Pela primeira vez se reuniram cerca de 170 países e cerca de 70 Chefes de Estados preocupados com o meio ambiente e como desenvolvimento. Isso, ao longo de 20 anos. No primeiro encontro mundial, falou-se apenas em meio ambiente. Hoje, a colocação já é meio ambiente e desenvolvimento.

Em relação ao Estado de Minas, sou subdesenvolvido. Sou de Alagoas. Há quem diga que agora temos que falar de Alagoas baixinho. Mas, tive a felicidade de, ainda jovem, viajar por todo o rio São Francisco, no percurso de Juazeiro a Pirapora. Relembro isso com muita satisfação, porque foi uma das ocasiões mais interessantes de poder conhecer mais e mais o nosso País.

Lembro-me que, naquela ocasião, o rio apresentava um curso de água fantástico. Havia ali uma fauna exuberante. Em parte da flora, já começava a ser notada a ação predatória do homem, porque os navios eram movidos a lenha. Então, em cada cidade, como Xique-Xique, Jequitinhonha, Pirapora, etc., parava-se para se abastecerem os navios. A madeira, a cada dia, estava mais distante. O que aconteceu? As matas ciliares foram embora, e nós temos hoje um rio muito pobre em relação ao daquela época. Estou falando dos anos de 1940, 1945, 1947... E o rio veio, cada vez mais, enfraquecendo o seu curso. Ele tem sido motivo de grande orgulho para nós, por exemplo, na questão da geração de energia.

Parece que estamos falando do rio, porque estamos falando de água. Mas, a Fundação atua no País inteiro e, lá no Nordeste, existe uma mancha da mata Atlântica, pequena, que também lá, desapareceu. A nossa preocupação inicial, lá, foi proteger os recursos hídricos. Foi um trabalho difícil no começo, porque passava pela educação ambiental de maneira muito séria.

Os investimentos são modestos no nosso País, na área pública. Isso, naturalmente, faz o programa andar um pouco mais lentamente.

Hoje, de manhã, tive o prazer de ouvir uma entrevista, concedida pelo Diretor-Geral do Banco Mundial, Dom Renon Stick. Ele concedeu essa entrevista ao "Bom Dia Brasil". Eu vi a ênfase e a preocupação do Banco Mundial com a questão da educação ambiental e do meio ambiente.

Isso, naturalmente, vem reforçar a nossa tese de que os nossos orçamentos - estamos falando dentro da Casa do Poder Legislativo - precisam contemplar de maneira mais veemente, mais séria, mais densa, todo o esquema de educação e de informação sobre o assunto.

A respeito disso, eu conto uma mentira e, de tanto repeti-la, passei a achar que era uma verdade: numa família, quando um filho quebra a perna, o pai procura o melhor ortopedista, não se preocupando com o custo. Quando esse mesmo filho pede para estudar uma matéria, inglês ou qualquer outra ciência, esse mesmo pai faz um arranjo no orçamento, mas paga e viabiliza o curso. Quando esse mesmo homem está na área pública, reage de maneira diferente.

No primeiro caso, ele é um chefe de família que está preocupado com o futuro de seus filhos e investe de uma maneira violenta. No segundo caso, ele é um pouco mais distante do futuro. Ele investe priorizando outros segmentos da sociedade, que não são, talvez, os mais importantes.

Por isso, o nosso País vive numa crise permanente de ensino, de educação e de saúde. Os professores ganham uma miséria, e os recursos destinados para essa área são mínimos.

Hoje, o Diretor do Banco Mundial falava que o Banco está muito interessado em novos programas que irão contemplar os recursos humanos, e isso nos faz pensar que está havendo uma modificação muito séria no País.

Eu cito, aqui, no Brasil, também, uma entidade chamada Centro de Integração Através do Trabalho - CISAT -, na qual pega-se um jovem e investe-se nele no campo da educação. Esse trabalho começou há poucos anos atrás com o apoio dos companheiros da América. Essa colaboração, esse intercâmbio entre os países viabilizam programas que, por vezes, não temos condições de realizar unilateralmente, mesmo porque é muito interessante a gente utilizar as experiências dos outros povos, pois para que inventar moda se ela já existe? E essa preocupação é global. Todo mundo fala do Japão, e todos sabem que aquele País, no pós-guerra, resolveu investir só no campo da educação e da pesquisa. Aqui, o nosso professor mal consegue recursos próprios para fazer mestrado ou doutorado; as universidades vivem com muita dificuldade, e todo esse setor do País começa muitas vezes a ser seduzido por outros países, que lhe oferecem melhores oportunidades. Precisamos ficar muito atentos com essa política. É uma política errada, inadequada, e precisamos ter muita atenção nesse aspecto. No campo mesmo da ecologia, investimos muito pouco.

Aconteceram fatos superdesagradáveis nas áreas federal e estadual. Estava em Washington, com a Diretoria do Banco, e comecei a dizer que eles precisavam aportar recursos para o Brasil. O então Vice-Presidente disse-me: "Vocês têm em Brasília, no Governo Federal, um aporte de mais de US\$200.000.000,00 e, ao longo de dois anos e meio, vocês nada fizeram e não aplicaram os recursos. Vocês têm no Estado do Rio de Janeiro, desde 1988, cerca de US\$200.000.000,00 para fazer o chamado programa de emergência para Recuperar o Rio daquele desastre de chuvas violentíssimas que aconteceram no ano de 1988." Quando ele disse isso, estávamos em torno de 1992, e o dinheiro não tinha sido aplicado por absoluta falta de vontade política. Enquanto isso, o País paga os juros e os serviços da dívida.

Isso compromete nossa imagem fora do País. Temos soluções para tudo. Temos muita gente competente. Com certeza, vocês, chegando com um bom projeto em bancos como o Mundial ou o de Desenvolvimento, terão os recursos aportados. Precisamos é de vontade política forte para entender que, sem esses recursos, sem essa tecnologia de fora, sem uma decisão muito séria, voltada para a educação ambiental - através dela é que se passa para o saneamento, para informação e para uma série de coisas -, não vamos chegar a lugar nenhum. E para que isso aconteça, é sumamente importante que nós, da sociedade, tenhamos vontade de pressionar os homens que dirigem essa política e cobremos deles uma ação eficaz em benefício de nosso País. Muito obrigado.

Entrega da Proposição de Lei nº 12.277

O Sr. Presidente - Esta Presidência convida o Deputado Roberto Amaral para proceder à entrega da Proposição de Lei nº 12.277, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, ao Secretário, Rubélio Queiroz, representante do Governador do Estado.

- Procede-se à entrega da proposição.

O Sr. Presidente - Senhoras e Senhores, dando seqüência aos nossos trabalhos, ouviremos agora as palavras do ilustre Sr. Getúlio Lamartine, Secretário Executivo do Ministério da Amazônia Legal.

Palavras do Sr. Getúlio Lamartine

O Sr. Getúlio Lamartine* - Sr. Presidente, autoridades presentes, senhoras e senhores, como milhões de outros mineiros, talvez metade da população do Estado, eu nasci na barranca de um dos afluentes do São Francisco, a poucos quilômetros do grande rio. Assim, desde a primeira infância aprendi a importância do rio São Francisco e o que ele significa para os que habitam suas margens e sua bacia.

Aprendia-se que ele era o rio da unidade nacional. Não apenas isso, ele certamente é um dos três rios mais importantes do País, se não o mais importante, tendo em vista o seu impacto regional, a população abrigada em sua bacia e o seu imenso significado: ser praticamente a única fonte de água perene e de dimensão em uma extensão de quilômetros dentro de uma das regiões mais secas do Brasil, o sertão do médio São Francisco.

Para Minas Gerais, o rio tem a importância de ser a via que leva ao Norte do Estado e que historicamente foi sua primeira grande fonte de abastecimento, pelo peixe que produzia e pelo gado das suas várzeas alimentando a região das minas de ouro. Para os Estados do Nordeste banhados pelo grande rio, acrescenta-se a importância histórica de via de transporte e fonte de água.

Modernamente, o São Francisco e seus afluentes são vitais como fonte de abastecimento de água, para uso humano e industrial, irrigação e uso rural em geral, além de geração de energia. Mas, na palavra de um dos seus maiores conhecedores, o rio São Francisco é um rio seco: depois da divisa de Minas com Bahia, após o rio Carinhanha, praticamente não recebe mais água, apenas perde, especialmente por meio da evaporação, decorrente das condições climáticas do sertão do médio São Francisco. Apenas o lago de Sobradinho, estima-se, perde cerca de 120 m³/s em razão da evaporação, volume equivalente ao de um rio.

Por mais de 1.000km, o São Francisco não recebe água, mas a perde por razões decorrentes da ação humana. Ao longo dos anos, como ocorre com muitos outros cursos de água do País, o rio São Francisco foi degradado por diferentes razões e de diferentes formas: o desmatamento de suas margens, onde praticamente não mais existe a mata ciliar protetora; a construção das barragens de Três Marias e Sobradinho, que criaram novos ambientes; a generalizada destruição das lagoas marginais, fontes de vida do rio; a poluição de origem industrial, oriunda de núcleos urbanos e da mineração; a agricultura, que deixa a terra nua e favorece o assoreamento; a irrigação, freqüentemente descontrolada e que já levou à secagem de importante afluente, o Verde Grande.

As barragens, somadas à secagem das lagoas marginais, têm levado ao desaparecimento das espécies nobres de peixes do rio. Mas as grandes obras de barramento, a agricultura e a irrigação são atividades necessárias e imprescindíveis ao curso normal da vida humana. Não há como criticar as grandes obras pela importância que tiveram e continuam tendo no desenvolvimento do País. Furnas, Itaipu, a Ponte Rio-Niterói e Carajás certamente têm custo-benefício altamente positivo, mesmo considerando-se o impacto negativo que tiveram sobre o ambiente. Sem Três Marias e Sobradinho não haveria garantia do fluxo contínuo de água hoje existente no São Francisco, fator que o torna de grande importância na geração de energia elétrica.

É bom também que sejamos humildes para reconhecer o fracasso em outros grandes investimentos como a Transamazônica e a Ferrovia do Aço. Mesmo na bacia do São Francisco, muito já se investiu em obras que jamais serão concluídas.

A transposição do rio São Francisco empolgou a maior parte da elite dirigente brasileira quando foi concebida há cerca de 15 anos, sendo na verdade a proposta ainda mais antiga. Não havia como deixar de concordar com um projeto que poderia significar a redenção econômica de milhares de brasileiros e despertar a atividade

produtiva em terras sabidamente ricas mas com insuficiente disponibilidade de águas pelo baixo índice de chuvas. É um projeto grandioso que demonstra a determinação e a melhor das intenções de quem o concebeu e conduz. Há que se considerar que todo povo tem o direito e o dever de fazer opção no que tange ao seu destino, aí incluído o uso dos recursos naturais postos a sua disposição. E é necessário que as populações envolvidas manifestem sua opinião por meio de seus representantes. A água pode ter diversos usos: uso humano, uso animal, produção de energia elétrica, navegação, pesca, lazer, irrigação e uso industrial. A transposição é um uso adicional, considerando uma bacia isoladamente. As populações envolvidas devem decidir sobre o que fazer.

Ponto importante a se considerar no processo decisório são os efeitos imediato e futuro sobre o meio ambiente de uma obra com tais dimensões, qual seja a transposição de um rio de porte. A experiência do homem nesse tipo de engenharia é limitada, especialmente no que se refere a mudanças climáticas. Sendo assim, é especialmente necessário que os estudos sejam aprofundados e isentos e que seja dado tratamento científico ao problema, dentro do conhecimento disponível.

A propósito da transposição de bacias, é bom que se relatem dois casos. Em final do século passado, em São Paulo, os habitantes da cidade de Iguape, que fica junto ao mar, decidiram fazer um "caminho para canoas", ligando o rio Ribeira do Iguape à cidade, com o objetivo de evitar que os pescadores dessem uma grande volta. Ocorre que o rio Ribeira do Iguape decidiu usar o novo caminho para chegar mais depressa ao mar. E o "caminho das canoas", que tinha pouco mais de um metro de largura e o calado de uma canoa, hoje é um canal indomável, com dezenas de metros de largura e muita profundidade, fazendo com que o Governo de São Paulo invista permanentemente na construção de barragens para evitar a destruição da cidade de Iguape.

Outra grande experiência mal sucedida coube aos russos, nas estepes do Cazaquistão, quando desviaram um dos rios que afluíam ao mar de Aral para irrigar as férteis terras das planícies. Desde então, o mar de Aral baixou 30m. A indústria da pesca foi destruída e cidades portuárias estão hoje a quilômetros da praia mais próxima. Isto levou os russos a desistirem de fazer correr para o mar de Bhering rios que correm para o sul, o que era inicialmente o propósito para amenizar o clima da faixa boreal.

A transposição do São Francisco deverá ser uma obra de redenção para boa parte do País. Para isso, é necessário que a circunstância especial do rio seja devidamente considerada. É um rio de pouca água, com tendência a diminuir em função do que ocorre na alta e na média bacias, especialmente. Os estudos dos efeitos sobre meio ambiente, a curto e longo prazos, devem ser considerados em profundidade, o que sabemos que será feito.

Ao encerrar minhas palavras, congratulo-me com o Ministro Aluísio Alves por haver retomado os estudos de transposição do São Francisco. Congratulo-me com as Assembléias Legislativas do Estados que compõem a bacia do São Francisco, na pessoa do Deputado José Ferraz, pela criação da CIPE - Comissão Interparlamentar de Estudos -, que parece estar dando um novo destino à forma como o rio São Francisco é tratado. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Dr. Aluísio Alves, Ministro da Integração Regional.

Palavras do Ministro Aluísio Alves

O Ministro Aluísio Alves* - Sr. Presidente, autoridades presentes, senhoras e senhores, tenho o maior prazer em comparecer aos trabalhos da Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco, especialmente nesse momento em que uma mais eficiente utilização do potencial do grande rio desperta a atenção de todos e suscita esperanças e perspectivas.

O Governo do Presidente Itamar Franco vem dando ênfase especial às ações de política regional no sentido de dotar as regiões mais atrasadas de mecanismos mais eficientes de recuperação de suas economias e de fazer com que as demais regiões aperfeiçoem o uso de recursos naturais que hoje em dia são de grande valia para a dinamização das economias. Entre essas ações se destaca a que visa à utilização dos recursos hídricos, de que o País dispõe com abundância, mas que estão a exigir política de maior acuidade e investimentos de maior vulto.

A água é o mais precioso de nossos recursos naturais, e temos que saber utilizá-la em benefício de todos. Vamos entrar numa fase de melhor aproveitamento de nossas bacias hidrográficas, tão ricas e poderosas e que não podem mais deixar de desempenhar papel importante na infra-estrutura de nossa economia. As transposições de bacias constituem hoje, no mundo, fato repetido e beneficiado pelos avanços da tecnologia. O desenvolvimento das hidrovias, em país da dimensão do nosso, passará em breve a corrigir as grandes deficiências do nosso sistema de transporte. O Governo se empenha em acelerar umas e outras, nas diversas regiões. Esse comportamento nos induz a estudar e pôr em prática uma política nacional de utilização dos recursos hídricos, que o Governo formulará através dos órgãos competentes, e a buscar a coordenação da

ação dos Estados, dos municípios e de entidades governamentais na fixação das diretrizes e na determinação dos investimentos nesse setor ao qual atribuímos tanta importância.

Estou certo de que esses dois dias de exposições e debates nesta Assembléia terão sido de maior utilidade. O desenvolvimento de hidrovias como a do Tietê-Paraná reforça o alcance desse instrumento. A decisão presidencial de implementar o projeto de transposição de águas do rio São Francisco para quatro Estados do semi-árido nordestino marcará, sem dúvida, o início de uma era na qual não mais deverão ser postergadas decisões básicas para reduzir as desigualdades regionais, nem adiada a busca das soluções permanentes em vez das paliativas.

O projeto de transposição teve seus estudos iniciais detalhados em investigações de campo. O exame de sua viabilidade econômica e técnica foi financiado pelo Banco Mundial e realizado por um consórcio internacional de consultoras. Os anteprojetos técnicos foram também elaborados por consórcio de empresas, com acurado exame de todas as opções e alternativas. A sua implementação foi decidida pelo Governo diante do imperativo de pôr fim à tragédia dos impactos das secas sobre uma região onde tantos brasileiros não mais suportam aquele sofrimento nem a ausência de perspectiva de uma vida digna. A decisão governamental levou ainda em conta a inconsistência de se ter que transferir para a região nordestina, em anos de seca, somas vultosas que superam de longe o investimento a ser feito na solução definitiva da transposição de águas.

O rio São Francisco, principal rio do Nordeste, jogando anualmente 100.000.000.000m³ de água no oceano, concorrerá com pouco mais de 1% desse volume para salvar o Nordeste árido da tragédia das secas e permitirá que a transferência de recursos se dirija para investimentos de modernização da base econômica daquela região, em benefício de todos os brasileiros.

O Governo Federal faz acompanhar a implementação do projeto de todos os cuidados compatíveis. O impacto sobre a capacidade de geração de energia pelo complexo da CHESF foi devidamente previsto e equacionado no projeto e discutido com as autoridades competentes. A captação de 50m³/s de água tem impacto insignificante no fluxo do rio, sem afetar a capacidade da empresa energética de suprir toda a região, como está já assegurado até o ano 2003, com a entrada em funcionamento da Usina de Xingó, além da interligação dos sistemas ELETRONORTE e CHESF, já em funcionamento.

Os impactos ambientais têm merecido a maior atenção junto às autoridades e aos órgãos competentes, dentro das normas legais e dos procedimentos requeridos. A captação não tem efeito ecológico negativo sobre o rio, porquanto inferior às variações diárias resultantes da operação das próprias usinas hidrelétricas a montante e a jusante, bem como a outras captações de água no mesmo rio. A ausência de barragens e de áreas maiores a reflorestar no percurso da canalização também é favorável. É importante assinalar que a transposição vai permitir a recuperação de áreas abandonadas em consequência das secas repetidas e ajudar na contenção do processo de desertificação que ameaça 18 milhões de pessoas no Nordeste. A perenização dos rios e a elevação permanente do nível dos reservatórios e açudes ensinará a correção do processo de salinização, pelo manejo adequado das técnicas de irrigação.

O Ministério da Integração Regional está concluindo convênio com a Fundação Brasileira de Conservação da Natureza para preparação e execução de um projeto de recuperação das nascentes degradadas do rio São Francisco e das matas ciliares atingidas.

O Governo faz acompanhar a execução do projeto de transposição de um programa que abrange, além da implantação de novos perímetros de irrigação, que irão permitir o aproveitamento das excelentes condições de solo e clima da região, ações para a valorização do homem do semi-árido, nos campos da educação e da saúde. Além de campanha intensiva para alfabetização em massa, todo um sistema abrangente de educação fundamental em moldes renovados está sendo preparado para implantação em todos os municípios beneficiados, em parceria com organizações do setor privado e com a intervenção de diversos órgãos governamentais. Todo o sistema de educação técnica e de pesquisas da região está sendo mobilizado na direção do preparo do homem para as novas perspectivas de uma agricultura moderna, baseada na irrigação.

Esse programa incorpora estudos sobre os modelos de ocupação adequada dos distritos de irrigação e medidas de reestruturação fundiária, para permitir o acesso à água e à terra dos que se mostrarem preparados ao seu uso.

Para dar conta da implantação desse programa, o Governo está instituindo o Grupo Executivo Interministerial, do qual participarão os órgãos com atribuições naqueles domínios, da mesma forma que estuda a ação da entidade competente de gerir o sistema de água para os usos múltiplos resultantes da transposição, com a participação da União, dos Estados, dos municípios e da iniciativa privada.

Os investimentos no projeto de transposição serão cobertos por recursos novos de fonte externa, sem qualquer deslocamento dos recursos assegurados para as demais

regiões do País. O Ministério da Integração Regional continuará a administrar, diretamente e através de suas agências coligadas, programa substancial de investimentos em irrigação nos Estados nordestinos não abrangidos pelo projeto, especialmente Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Sergipe e Piauí. Os problemas que têm afetado a implantação de alguns desses projetos se prendem a dificuldades de administração ou ao relacionamento entre entidades concorrentes na sua implantação. Prendem-se ainda a deficiências da administração orçamentária, que vêm acarretando morosidade e desperdício no uso de recursos provenientes de agências internacionais, problemas esses que estamos empenhados em resolver com presteza.

Não existe, portanto, qualquer prejuízo para outros Estados com a implantação do projeto de transposição. Deverá haver, da parte deles, empenho e colaboração para ativação de seus investimentos, nos quais estamos vivamente interessados.

Num país que vem atravessando tantas dificuldades econômicas e sociais como o Brasil, não pode haver lugar para posições de egoísmo e de falta de solidariedade. O bem-estar e o progresso de cada parte do Brasil dependerão do progresso de todas as partes; o atraso de algumas pesará sobre o todo. A recuperação do semi-árido nordestino favorecerá todas as regiões com o crescimento das rendas e o fortalecimento dos mercados.

Muito me alegra que Minas Gerais, que concorre com 70% do eflúvio do rio São Francisco, discuta e promova o debate para que todos nós, juntos, trabalhemos para a recuperação e a preservação do "velho Chico", veículo precioso da riqueza e do intercâmbio entre os Estados ribeirinhos ou que recebam o benefício de suas águas.

O Sr. Presidente - Dando seqüência aos nossos trabalhos, vamos ouvir as palavras do Dr. Alexis Stepanenko, Ministro das Minas e Energias.

Palavras do Ministro Alexis Stepanenko

O Ministro Alexis Stepanenko* - Sr. Presidente, autoridades presentes, senhoras e senhores: é com grande alegria que venho a um encontro como este, porque é um significativo início de despertar de uma consciência sobre um bem econômico fundamental para a sobrevivência e a continuidade da civilização. Infelizmente, nos Governos passados e ainda neste, o assunto água tem sido tratado sem uma visão integrada, sem uma visão dos municípios, dos Estados e do Governo Federal, sem uma visão dos próprios ministérios, pois cada um vê sob sua ótica: o da energia vê sob a ótica da energia elétrica; o da saúde vê sob a ótica do saneamento; o da agricultura vê sob a ótica da irrigação. E essas visões em compartimentos fizeram com que o Brasil, que tem 20% das águas doces do mundo, tivesse um péssimo aproveitamento dos seus recursos hídricos.

A administração das águas vem sendo uma atribuição do Ministério das Minas e Energia desde a edição do Código de Águas, em 1934.

No cumprimento de nossas atribuições por meio do DNAEE, os conceitos e as ações sobre a adequada repartição das disponibilidades hídricas têm sido uma preocupação permanente.

A partir da década de 80, o Ministério de Minas e Energia, através de uma ação conjunta com o extinto Ministério do Interior, executou uma corajosa experiência de administrar os recursos hídricos do País. Foram implantadas em diversas bacias brasileiras os comitês de bacias, que levaram a uma discussão conjunta dos diferentes segmentos da sociedade e dos poderes públicos envolvidos ou com interesses na bacia hidrográfica. Foi uma primeira experiência de planejamento e gestão integrada dos recursos hídricos.

No final dos anos 80, como resultado da ação do Ministério de Minas e Energia e dos demais ministérios envolvidos com a questão hídrica, surgia a idéia de institucionalizar de forma mais adequada esse tipo de ação.

A Constituição de 88 passou a considerar a preocupação da sociedade brasileira na área de recursos hídricos. Em seu art. 21, inciso XIX, estabelece que seja criado o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Em novembro de 1991, depois de diversas discussões com a sociedade, o Executivo apresentou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 2.249/91, que estabelece as bases para uma política nacional de recursos hídricos, bem como um ordenamento institucional por meio da implantação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Os Estados, também, a partir da Constituição de 1988, incluíram em suas constituições a visão futura para administrar o recurso da água.

Na oportunidade em que o Governo de Minas recebe o Projeto de Lei nº 807/92, dá um passo fundamental para a institucionalização do gerenciamento de recursos hídricos no Estado, de forma a promover o seu uso adequado e o ordenamento institucional necessário. Transmito minhas congratulações aos mineiros e quero destacar que o Ministério das Minas e Energia, por meio do DNAEE, estará aberto para somar esforços com as instituições de Minas e de outros Estados.

Enquanto tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 2.249/91, o Ministério de Minas e Energia tem desenvolvido um trabalho conjunto com os demais ministérios, em

especial com o da Integração Regional.

Nesse sentido, a Portaria Interministerial nº 956, de outubro de 93, foi assinada entre os Ministérios das Minas e Energia e do Interior, visando à integração de esforços para compatibilizar ações conjuntas com vistas a desenvolver mecanismos ágeis de consulta, evitar possíveis conflitos decorrentes do uso da água, além de promover a articulação dos Governos estaduais e municipais com os órgãos ambientais e com outros setores da comunidade.

Dos esforços do Governo Federal resultaram ações práticas, das quais gostaria de destacar as que se referem ao estabelecimento de uma estrutura de gerenciamento integrado de bacias, que tem por objetivo mudar o enfoque setorial do aproveitamento do recurso hídrico. Cabe ressaltar o estágio em que se encontram os projetos dos rios Doce, Paraíba do Sul, e, em futuro imediato, do São Francisco.

No que tange à bacia do rio Doce, conforme já foi exposto aos senhores, o projeto-piloto está concluído.

Na bacia do rio Paraíba do Sul já foi iniciado o diagnóstico, enquanto que na bacia do São Francisco o projeto encontra-se em fase de tramitação final para assinatura de inclusão no convênio de cooperação com o Governo francês.

A nova visão do gerenciamento integrado proporcionará a ênfase no planejamento, de modo a buscar um melhor aproveitamento de recursos financeiros e econômicos, já bastante escassos, proporcionando ainda uma visão estratégica de conjunto, que permitirá a maximização dos resultados.

Não sei se todos sabem, mas a figura mais importante do século passado que chegou ao rio São Francisco foi o Imperador D. Pedro II, por volta de 1870, de mula, até as barrancas onde hoje se situa Paulo Afonso.

Naquela ocasião, o Imperador determinou que fosse feito um levantamento do rio São Francisco desde as suas nascentes até a foz. Existem três exemplares desse livro. Esse levantamento levou três anos e foi feito pelo Engo. Henrique Halfed, que empresta o seu nome à rua principal de Juiz de Fora.

Já pedi que tirassem fotografias dele, para que todos tenham conhecimento dessa idéia tão antiga do Imperador D. Pedro II, que viu a potencialidade do rio. O levantamento é extremamente preparado. Três anos no lombo de mulas, medindo, com os instrumentos de topografia da época, as profundidades, as barrancas, a parte dos bancos de areia.

Depois, tivemos também o pioneirismo de Belmiro Gouveia. Estamos recuperando uma iniciativa pioneira de levar energia, naquela época, para o setor nordestino.

Em 1957, estive num desses barcos que chamamos de gaiola e cuja fotografia foi aqui mostrada pelo amigo Paulo Sérgio, representante da Prefeitura de Pirapora, onde passei 22 dias, do final de julho para agosto. Há um mês atrás, estive em Xingó e fiquei surpreso com a degradação do rio, o que tem sido confirmado por todos aqueles prefeitos que vivem na região ribeirinha. (- Lê:)

"O aproveitamento das águas do rio São Francisco evidencia a extrema necessidade de um planejamento integrado para que decisões desse porte não venham a se tornar problemas futuros.

É necessária uma análise global da questão do São Francisco, de forma a contemplar todos os aspectos de interesse técnico, econômico, social e ambiental.

Tais aspectos têm de ser vistos não só no curto prazo mas também e principalmente na busca de soluções e políticas consensuais de médio e longo prazos que representem a solução definitiva para a crônica e grave situação de descompasso regional do Semi-Árido nordestino.

É preciso, portanto, em primeiro lugar, colocar os projetos de transposição de águas dentro de um contexto mais amplo e de longo alcance, através de um plano de utilização integrada, de modo a fornecer uma ordenação de prioridades e um referencial para ação dos diversos setores da sociedade envolvidos.

Em segundo lugar, dar prioridade à utilização dos recursos hídricos economicamente aproveitáveis das próprias bacias e dos recursos científicos e das tecnologias de hoje, ao mesmo tempo que, num esforço conjunto, resolvam-se os problemas estruturais da seca no Nordeste, abandonando definitivamente as soluções paliativas que desde antanho vêm sendo ministradas pelo Governo, pois, além de custosas, não resolveram os problemas da seca."

E não são estes os remédios, criando frentes de trabalho para construir uma estrada do ponto zero para outro ponto zero, nem a distribuição de cestas básicas, tampouco a questão seria resolver o problema por meio de açudes, geralmente sediados em grandes latifúndios, a que os pequenos proprietários não têm acesso.

É esse o esforço, é essa a parceria que o Governo Federal, por recomendação expressa do Presidente da República e, principalmente, com a visão do Ministro Aluísio Alves, que é da região, está fazendo com os Estados, os municípios e os vários segmentos da população.

Sr. representante do Governador, Srs. Prefeitos e parlamentares, tenho a certeza de que, este ano ainda, com este tipo de seminário, com esse tipo de discussão e com

decisão firme dos Governos Federal, Estadual e municipais, as águas vão rolar, e muito bem. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Presidente

A Assembléia de Minas se sente, hoje, profundamente gratificada por ter tido o privilégio de conseguir reunir, neste encontro, pessoas tão importantes de todo o Estado brasileiro, bem como do exterior, porque, aqui, também nos visita a representação da Conferência Nacional das Assembléias Legislativas dos Estados Americanos. Dizer da importância deste encontro seria repetir tudo que aqui foi, democraticamente, anunciado e discutido, tudo que aqui aconteceu, quando a sociedade não só de Minas, mas, como disse, do Brasil e de grande parte do mundo, participou ativamente, trazendo os seus conhecimentos e suas experiências. E, o resultado nos deu o testemunho de que o nosso trabalho é sério, é um trabalho que tem futuro e que, acima de tudo, nos dá esperança e certeza de que nosso País tem jeito. A solução para o nosso País é tão-somente que façamos, exatamente, o que foi feito aqui, onde um somatório de idéias, de conhecimentos e de inteligências se agrupou, a fim de encontrarmos não uma solução definitiva, mas, pelo menos, uma que amenize o sofrimento de todos aqueles que necessitam dos recursos hídricos. Isso nos conforta e nos alegra, profundamente, porque, poucas vezes, nós, como parlamentares e como homens públicos, temos o privilégio de sediar um encontro de tamanha importância.

Hoje, aqui, se discutiu o grande problema do rio São Francisco. Esse rio que, como todos sabemos, é o rio de integração nacional. E a CIPE-São Francisco, criada há quase dois anos, conseguiu integrar os cinco Estados que compõem a bacia do São Francisco. Nós nos reunimos nos Estados de Alagoas, Pernambuco, Sergipe, Bahia e Minas Gerais. Todas essas reuniões trouxeram-nos resultados positivos, como o que acabamos de obter neste encontro. Por isso tudo, concluímos que um exemplo como esse, que Minas está compartilhando com os nossos coirmãos, deveria também atingir outras bacias, outros Estados.

Tivemos, hoje, neste encontro, a presença de nove Estados da Federação, cujos representantes participaram da assinatura do Protocolo de Intenções, por meio do qual foi criado o Parlamento das Águas, envolvendo a maioria das bacias hidrográficas deste País. Tivemos a participação de 15 Estados coirmãos, todos eles preocupados com o problema hídrico brasileiro. Tivemos, ainda, a presença de Prefeitos que administram as cidades às margens do São Francisco. Para nossa felicidade e para a felicidade desses administradores, foi criada a UNIVALE, uma associação que vai reunir todos os municípios que compõem a bacia hidrográfica do rio.

É verdade que as dificuldades são muitas. É verdade que nem tudo o que se pretende fazer pode ser feito, mas é verdade, também, que, quando as pessoas se juntam, quando os esforços se somam, ainda que não possamos fazer muito, a semente está lançada. E é da ótica desse princípio que eu reputo a importância deste encontro.

Nesta oportunidade, eu gostaria de agradecer a presença dos Srs. Ministros, Deputados, representantes da Conferência Nacional das Assembléias dos Estados Americanos, conferencistas, Prefeitos, Vereadores, dos nossos funcionários, dos nossos assessores que nos ajudaram neste evento, e, de uma maneira toda especial, cumprimentar o ilustre companheiro, José Theodomiro de Araújo, funcionário da CODEVASF e Presidente da CEEIVASF, que foi, efetivamente, o grande idealizador e o grande batalhador para que a CIPE - São Francisco se tornasse uma realidade. Espero, Theodomiro, que a história lhe faça justiça. No mais, quero dizer a todos que a nossa Casa estará permanentemente aberta para novos encontros da dimensão deste. Muito obrigado.

(* - Sem revisão do orador.)

MATÉRIA VOTADA

PROJETO APROVADO NA 557ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 28/6/94

Em redação final: Projeto de Lei nº 1.865/94, do Governador do Estado.

PROJETOS APROVADOS NA 289ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 29/6/94

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.017/94, do Governador do Estado, com as Emendas nºs 1 a 4, 5 na forma da Subemenda nº 1, 6, 7 na forma da Subemenda nº 1, 8, 9, 11 a 13, 14 com a Subemenda nº 1, 15 e 17 a 25.

Em 2º turno: Projeto de Lei nº 999/92, do Deputado Geraldo da Costa Pereira, na forma do Substitutivo nº 1.

ORDENS DO DIA

**ORDEM DO DIA DA 559ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 30/6/94**

1ª Parte (Pequeno Expediente)
(das 14 às 15 horas)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)
1ª Fase

(das 15 às 16 horas)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

2ª Fase

(das 16 às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 852/92, do Deputado Ibrahim Jacob, que fixa o período de cobrança de contas mensais pelas entidades prestadoras de serviço público no âmbito estadual. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Defesa do Consumidor opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela aprovação da Emenda nº 2 e pela rejeição da Emenda nº 3.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 1.998/94, da Mesa da Assembléia, que dispõe sobre a conversão em URV dos vencimentos do pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa e dá outras providências.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.036/94, do Governador do Estado, que altera disposições das Leis nºs 11.383, de 4/1/94, e 11.406, de 28/1/94, e dá outras providências (FHEMIG).

Discussão e votação de pareceres de redação final.

**ORDEM DO DIA DA 118ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E
ORÇAMENTÁRIA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 30/6/94**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 2.016/94, do Tribunal de Justiça.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.760/93, do Deputado Sebastião Helvécio.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Comissão Especial Constituída para Acompanhar as Negociações entre o Governo do Estado e as Lideranças do Funcionalismo, Visando à Reposição das Perdas Salariais e à Conversão dos Salários para a URV

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Anderson Aduato, Gilmar Machado, Cléuber Carneiro e Eduardo Brás, membros da Comissão supracitada, para a reunião a ser

realizada no dia 30 do corrente, às 11 horas, no Plenarinho II, com a finalidade de tratar de assuntos de interesse da Comissão.
Sala das Comissões, 29 de junho de 1994.
Dílzon Melo, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNO DO ESTADO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1993

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária
Relatório

Nos termos do art. 90, inciso XII, da Constituição do Estado, o Executivo deverá prestar, anualmente, à Assembléia Legislativa contas referentes ao exercício anterior. O instrumento usualmente empregado para esse fim é o Balanço Geral do Estado, elaborado pela Superintendência Central de Contadoria-Geral da Secretaria da Fazenda.

Enviada por meio da Mensagem nº 465/94, foi a referida peça contábil recebida em 25/4/94 e publicada em 27/4/94.

Nos termos do art. 76, inciso I, da Constituição do Estado, o Tribunal de Contas apreciou a matéria e emitiu parecer prévio favorável à sua aprovação, que foi recebido nesta Casa em 21/6/94.

Em decorrência de aprovação de requerimento, foi dada à matéria tramitação em regime de urgência, cabendo a esta Comissão emitir parecer sobre ela.

Fundamentação

Procedendo-se à análise do Balanço Geral do Estado, não foi encontrado óbice à sua aprovação, estando ele de acordo com a legislação vigente e as normas e os procedimentos contábeis.

Além do mais, o Tribunal de Contas, após acurada e exaustiva análise técnica, emitiu parecer prévio favorável à aprovação da matéria.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação das contas do Governo do Estado referentes ao exercício de 1993, nos termos do projeto de resolução a seguir transcrito.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2.100/94

Aprova as contas do Governo do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 1993.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Ficam aprovadas as contas do Governo do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 1993.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 29 de junho de 1994.

Célio de Oliveira, Presidente - Roberto Amaral, relator - Baldonado Napoleão - José Renato - Marcos Helênio (voto contrário).

- Publicado, vai o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para receber emendas pelo prazo de dez dias.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.118/92

Comissão de Administração Pública
Relatório

O projeto de lei em epígrafe, do Deputado Eduardo Brás, visa a isentar do pagamento de tarifas no transporte coletivo os integrantes da PMMG.

Foi o projeto distribuído inicialmente à Comissão de Constituição e Justiça, que emitiu parecer concluindo pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade da matéria e apresentou a Emenda nº 1.

Vem agora a proposição a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 103, I, "d", do Regimento Interno.

Fundamentação

Não são consistentes os argumentos expendidos pelo autor do projeto na justificção que acompanha a proposição.

É certo que os policiais militares se utilizam, com freqüência, de ônibus

intermunicipais com o objetivo de se deslocarem, ora para cumprirem missões, ora para fazerem cursos em sedes de batalhões ou em outra companhia da mesma corporação. Fazem-no, porém, não com o dinheiro do próprio bolso, e sim com o da instituição. Não podemos conceber, e é até fora de propósito, que o policial arque com essas despesas.

Quanto à argumentação de que essa isenção trará benefícios aos policiais militares e, ao mesmo tempo, prestará uma homenagem à instituição, concordamos em parte com ela. Não resta dúvida de que a isenção do pagamento de passagens representa salário indireto. Entretanto, o caminho trilhado para se homenagear a instituição apresenta-se inadequado.

Se se quer homenagear a PMMG, há de se balizar essa ação pela valorização de seus componentes, por meio de soldos dignos, capazes de proporcionar-lhes melhores condições de vida e, por que não, de oferecer-lhes condições de pagar a própria condução que irá transportá-los ao local onde prestarão serviço. Por outro lado, temos de dotar a instituição de recursos e de uma aparelhagem suficiente para o difícil mister de levar segurança ao povo.

Não obstante essas considerações preliminares, entendemos que a medida preconizada, na verdade, está criando privilégio para um determinado segmento social. E quando estabelecemos tratamento diferenciado, pautamo-nos, quase sempre, pela discriminação, ou seja, não estamos fazendo a justiça no seu sentido amplo. A propósito, a Constituição Federal estabelece, no seu art. 3º, IV, que constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A concessão do benefício da gratuidade nos transportes coletivos intermunicipais para os policiais militares será vista pelo povo como ato meramente discriminatório, e com razão, acrescentamos. Por que a uns dispensar um tipo de tratamento e a outros não?

Verificamos na medida um outro problema, que aumentará a aversão do povo aos nossos governantes, além, é claro, de reforçar o sentimento de marginalização ao qual está submetida imensa parcela de nossa gente. A isenção repercutirá inegavelmente no aumento das passagens dos ônibus intermunicipais. Com efeito, a tarifa de ônibus é determinada pelo poder público, com fulcro no art. 175, III, da Constituição Federal, que dispõe ser incumbência do Estado estabelecer a política tarifária.

Para se saber qual o valor a cobrar nas passagens, o Estado, por meio de planilhas, faz um longo estudo em que se verificam diversos fatores que determinarão o valor a ser cobrado. E, havendo mais esse fator - a isenção para militares -, ele certamente não poderá ser excluído do cálculo para a fixação do preço público.

Essas isenções, a título de exemplo, têm causado uma grande dificuldade e enorme polêmica na fixação da tarifa em âmbito municipal, tal é o número de pessoas beneficiadas, o que nos leva a indagar: será que os demais usuários do transporte coletivo devem arcar com esse ônus, por meio do repasse, ou será que esse ônus deve ser atribuído ao poder público? Em qualquer caso, direta ou indiretamente, lesada é a população, sem sombra de dúvida.

Temos, também, de fazer uma reflexão voltada para o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão mantido pela administração com o particular para a prestação desse serviço público. Com efeito, a isenção de pagamento nos transportes para os integrantes da PMMG alterará substancialmente as cláusulas contratuais, o que poderá ensejar ou a rescisão do contrato ou o pedido do aumento da tarifa. Quem faz um contrato, ainda que com a administração pública, visa ao lucro. Isso ocasionará, certamente, enormes transtornos para a administração.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.118/92.

Sala das Comissões, 29 de junho de 1994.

Tarcísio Henriques, Presidente - Ermano Batista, relator - Álvaro Antônio - Antônio Fuzatto - Agostinho Patrus.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.396/93

Comissão de Administração Pública
Relatório

De autoria do Deputado Marcos Helênio, o Projeto de Lei nº 1.396/93 objetiva dispor sobre a apreensão de veículo automotor oficial de serviço e dar outras providências.

Publicada em 15/5/93, a proposição foi distribuída às comissões competentes para receber parecer, nos termos do art. 195 do Regimento Interno.

Preliminarmente, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade da matéria, apresentando a Emenda nº 1.

Por seu turno, compete a esta Comissão o exame dos aspectos meritórios concernentes à matéria.

Nos termos do art. 179, parágrafo único, e do art. 244, inciso XIII, do Regimento Interno desta Casa, foi anexado ao projeto em tela o Projeto de Lei nº 1.676/93, do

Deputado José Militão, tendo em vista a identidade temática e a semelhança de conteúdo entre as mencionadas proposições.

Fundamentação

A proposição de lei em apreço visa a proibir a utilização de veículo automotor oficial de serviço pertencente à administração pública direta ou indireta do Estado, nas condições que especifica.

Nesse passo, estão previstas no art. 1º do projeto as situações em que será considerado indevido o uso dos veículos e os casos em que tais situações receberão autorização específica para a realização de serviço especial inerente ao exercício do serviço público.

A proposição cuida, ainda, da apuração de responsabilidades e da aplicação de sanções, que caberão à Secretaria de Recursos Humanos e Administração, bem como da possibilidade de denúncia por qualquer cidadão.

Nesse particular, notadamente no que se refere à indicação do órgão competente para a prática dos atos de apuração da responsabilidade e da aplicação de sanções, julgamos conveniente apresentar ao projeto emenda modificando a redação dos §§ 1º e 2º, uma vez que tais dispositivos representam uma interferência deste Poder Legislativo em outro Poder, o que é vedado constitucionalmente, em obediência ao princípio da harmonia e da independência dos Poderes.

Nota-se, na matéria em exame, a relevância da iniciativa fundada no princípio da indisponibilidade dos interesses públicos, o qual, no entender do Prof. Celso Antônio Bandeira de Mello, constitui uma das pedras angulares do Direito Administrativo.

Nesse sentido, ensina o ilustre mestre que "na administração os bens e os interesses não se acham entregues à livre disposição da vontade do administrador. Antes, para este, coloca-se a obrigação, o dever de curá-los nos termos da finalidade a que estão adstritos. É a ordem legal que dispõe sobre ela." ("Curso de Direito Administrativo", 4ª ed., São Paulo, p. 23.)

Pelas razões aduzidas, acolhemos a medida proposta.

Conclusão

Opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.396/93 juntamente com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, e a Emenda nº 2, a seguir redigida.

EMENDA Nº 2

Dê-se aos §§ 1º e 2º do art. 2º a seguinte redação:

"Art. 2º -

§ 1º - O veículo apreendido será encaminhado ao órgão competente.

§ 2º - Caberá ao órgão competente os procedimentos necessários à apuração de responsabilidades e à aplicação de sanções, nos termos do art. 14 do Decreto nº 22.817, de 12 de maio de 1983, com a redação dada pelo Decreto nº 27.980, de 5 de abril de 1988."

Sala das Comissões, 29 de junho de 1994.

Tarcísio Henriques, Presidente - Antônio Fuzatto, relator - Álvaro Antônio - Ermano Batista - Agostinho Patrus.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI

Nº 1.705/93

Comissão de Política Energética, Hídrica e Minerária

Relatório

De autoria do Deputado Tarcísio Henriques, o Projeto de Lei nº 1.705/93 dispõe sobre a construção de aterros-barragens em rodovias a serem construídas no Estado de Minas Gerais.

Publicada em 19/5/94, foi a matéria distribuída, nos termos regimentais, à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua legalidade, juridicidade e constitucionalidade.

Cabe, agora, a esta Comissão emitir parecer quanto ao mérito do projeto em destaque.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.705/93 pretende determinar, no seu art. 1º, que, na elaboração dos projetos para a construção de qualquer rodovia no Estado, o DER-MG tenha, como um dos seus princípios basilares na locação de qualquer estrada, o aproveitamento dos recursos hídricos das regiões atingidas com a construção de aterros-barragens.

Em seu art. 2º, o projeto dispõe que os proprietários das áreas inundadas, resultantes dos aterros, sejam indenizados pelo Governo do Estado, e as aguadas formadas sejam de domínio público para atendimento às populações circunvizinhas.

Pelas disposições da proposição, dois campos distintos estão incluídos em seu objetivo, o da construção de rodovias e o do aproveitamento dos recursos hídricos, tanto que, seu art. 3º determina que a conservação, a fiscalização e as formas de utilização desses recursos serão de responsabilidade conjunta da Secretaria de Recursos Minerais, Hídricos e Energéticos e da Secretaria de Obras Públicas.

Tal duplicidade de objetivos, expressos no corpo da matéria, não é recomendável, lembrando-se que a construção de rodovias federais (também abrangidas pelo projeto) e

o aproveitamento de recursos hídricos são temas que se confundem com a competência da União para explorar os serviços de transporte rodoviário interestadual e para legislar privativamente sobre águas (art. 21, XII, "e", e art. 22, IV). Depreende-se, porém, que a preocupação implícita no projeto em tela tem a ver, também, com a proteção dos bens ambientais, entre os quais se incluem os referidos recursos hídricos. Nesse particular, é de ressaltar que a legislação ambiental dispõe de um dos instrumentos mais eficientes da política ambiental brasileira, a Resolução nº 1/86, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA -, que tornou obrigatória, para o licenciamento de empreendimentos e atividades potencialmente degradadoras do meio ambiente ou passíveis de causar impacto ambiental, a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental - EIA - e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA -, sujeitos à aprovação do órgão estadual competente. Por meio desse instrumento, de acordo com cada caso analisado, são decididas as medidas mais adequadas para mitigar os danos ambientais identificados.

Na construção de cada rodovia, portanto, está prevista a apresentação do respectivo Relatório de Impacto Ambiental, para cuja análise poderá ser promovida a realização de audiência pública requerida pelos interessados em geral, ocasião em que a comunidade envolvida poderá manifestar-se sobre o assunto. Com isso, são visualizadas, sem dúvida, as soluções mais adequadas para a proteção e, mesmo, para o aproveitamento dos recursos ambientais.

A obrigatoriedade expressa pelo projeto de lei em estudo passa ao largo desse processo, pretendendo uma solução rígida que, além dos inconvenientes já referidos, nem sempre será a melhor.

Em que pese à louvável preocupação do autor da proposição, obras como aterros-barragens têm parâmetros de natureza econômica e técnica que merecem reflexão. São novos elementos a se agregarem aos aterros simples das estradas e que refletirão negativamente em seus custos. Entre esses, citam-se:

- vertedouro para escoamento das águas dos fluxos perenes;
- vertedouro de segurança para conter a transposição ou galgamento dos aterros pelas torrentes causadas pelas chuvas;
- aquisição de material específico (argilas) para vedação, nem sempre disponíveis nos locais de construção;
- obra de arte para transpor o vertedouro de segurança;
- indenização das terras inundadas, conforme o previsto no art. 2º.

São custos adicionais que, em muitos casos, inviabilizarão a construção de novas rodovias, com conseqüências óbvias para nosso Estado.

Conclusão

Pelas razões aduzidas, somos pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.705/93.

Sala das Comissões, 29 de junho de 1994.

Aílton Vilela, Presidente - Hely Tarquínio, relator - José Maria Pinto.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI

Nº 1.861/93

Comissão de Administração Pública

Relatório

O projeto de lei em epígrafe, do Deputado Marcos Helênio, dispõe sobre os serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários de unidades residenciais.

Publicada em 18/12/93, foi a proposição distribuída à Comissão de Constituição e Justiça para receber parecer sobre sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Tendo em vista que a Comissão mencionada perdeu prazo para se manifestar sobre a proposta e por força de requerimento do próprio autor, deferido pela Presidência da Casa, vem o projeto a esta Comissão para análise quanto ao mérito.

Fundamentação

O projeto em tela visa a criar oportunidade para que toda unidade residencial do Estado de Minas Gerais tenha condições de ser contemplada com os serviços públicos de abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários.

Questões menores, tais como as limitações contidas em regulamento administrativo da concessionária do serviço, impossibilitam que muitas famílias cujo imóvel residencial não se ajusta às posturas municipais sejam beneficiadas com esses serviços, considerados essenciais.

O saneamento é considerado dever do Estado, tal qual a educação, a segurança pública e a previdência, e a falta dele liga-se aos graves problemas de saúde por que passa a população mineira.

Observa-se que a proposta vai ao encontro dos grandes interesses das classes menos favorecidas, alijadas do processo de desenvolvimento pela falta de políticas públicas que as favoreçam.

Apresentamos a Emenda nº 1, que dá nova redação ao art. 1º do projeto, com o propósito de adequar o texto original à realidade dos fatos.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.861/93 com a Emenda nº 1, a seguir redigida.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º - Os serviços públicos de abastecimento de água e coleta e disposição de esgotos sanitários, no âmbito do Estado de Minas Gerais, serão fornecidos obrigatoriamente a toda unidade residencial mediante remuneração e quando solicitados, observada a capacidade da rede."

Sala das Comissões, 29 de junho de 1994.

Tarcísio Henriques, Presidente - Agostinho Patrus, relator - Ermano Batista - Álvaro Antônio - Antônio Fuzatto.

**PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI
Nº 1.293/93**

Comissão de Administração Pública
Relatório

A proposta em tela, do Deputado João Marques, visa a regulamentar a utilização de papel reciclado no âmbito da administração pública estadual e dá outras providências. Aprovada no 1º turno, retorna a proposição a esta Comissão, para receber parecer para o 2º turno, nos termos do "caput" do art. 196 do Regimento Interno.

Fundamentação

A matéria de que trata o projeto em tela já foi exaustivamente discutida na sua apreciação no 1º turno.

A utilização de papel reciclado, tal como pretende o autor da proposição, é medida bastante salutar, não apenas quanto ao aspecto econômico mas, principalmente, quanto aos seus reflexos positivos no meio ambiente.

Conforme bem fundamenta o parlamentar ao justificar sua iniciativa, para cada tonelada de papel reciclado, cerca de 30 árvores são poupadas, valendo salientar, ainda, a tendência mundial de reaproveitamento de materiais atualmente descartáveis.

O dever de zelar pelo meio ambiente não é apenas da população, mas, preponderantemente, do poder público que, antes de mais nada, deve implementar programas e políticas conservacionistas, entre as quais se insere a proposição sob comento.

Entendemos, assim, estar a proposta em consonância com as metas e os objetivos a serem alcançados pela administração pública.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.293/93.

Sala das Comissões, 29 de junho de 1994.

Tarcísio Henriques, Presidente - Álvaro Antônio, relator - Agostinho Patrus - Antônio Fuzatto.

**PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI
Nº 1.967/94**

Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer
Relatório

O projeto de lei em estudo, do Deputado José Leandro, objetiva declarar de utilidade pública o Esporte Clube Rosário - E.C.R. -, com sede no Município de Ouro Preto.

Aprovado no 1º turno com a Emenda nº 1, vem, agora, o projeto a esta Comissão para o 2º turno de deliberação conclusiva, nos termos regimentais.

Em anexo, segue a redação do vencido, que é parte deste parecer.

Fundamentação

O Esporte Clube Rosário tem por principal objetivo a promoção da prática de esportes amadores em várias modalidades, além de se dedicar a desenvolver a integração social dos moradores da comunidade.

Conclusão

Pelos motivos expostos, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.967/94 no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Sala das Comissões, 29 de junho de 1994.

Maria José Haueisen, relatora.

**Redação do Vencido no 1º Turno
PROJETO DE LEI Nº 1.967/94**

Declara de utilidade pública o Esporte Clube Rosário - E.C.R. -, com sede no Município de Ouro Preto.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Esporte Clube Rosário - E.C.R. -, com sede no Município de Ouro Preto.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PARECER SOBRE AS EMENDAS N°S 3, 4 E 5, APRESENTADAS EM PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI N° 2.036/94

Comissão de Administração Pública
Relatório

O Projeto de Lei n° 2.036/94, do Governador do Estado, que altera disposições das Leis n°s 11.383, de 4/1/94, e 11.406, de 28/1/94, e dá outras providências, foi examinado, em reunião conjunta, pelas Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública, de Saúde e Ação Social e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e recebeu parecer favorável à aprovação com as Emendas n°s 1 e 2.

Incluído em Plenário para discussão em 1° turno, o projeto recebeu as Emendas n°s 3 a 5, as quais foram encaminhadas a esta Comissão, juntamente com o projeto, para receber parecer, nos termos do art. 195, § 2°, do Regimento Interno.

Fundamentação

As Emendas n°s 3, 4 e 5 foram apresentadas pelo Deputado Tarcísio Henriques e visam, respectivamente, a dar nova redação aos arts. 9°, 11 e 12 do projeto.

O art. 9° da proposição expressa o interesse do Poder Executivo na implantação do regime da jornada de trabalho integral para os servidores que forem providos em cargo de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da FHEMIG a partir da vigência da lei que dela se originará.

A Emenda n° 3, ao inserir a possibilidade de opção para os servidores a que se refere o citado artigo, contraria um dos objetivos precípuos do projeto, razão pela qual deixamos de acolhê-la.

A Emenda n° 4 está prejudicada em virtude da aprovação da Emenda n° 2, que suprimiu o art. 11 da proposição. Ressalte-se que o seu objetivo já foi alcançado, uma vez que ambas as emendas manifestaram o mesmo interesse (art. 287, V, do Regimento Interno).

Finalmente, a Emenda n° 5 também está prejudicada, em virtude da aprovação da Emenda n° 1, que deu nova redação ao art. 12 do projeto (art. 287, VI, do mesmo regimento).

Na oportunidade, propomos as Emendas n°s 6 e 7, com vistas ao aprimoramento do projeto.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela rejeição da Emenda n° 3 e pela prejudicialidade das Emendas n°s 4 e 5, apresentadas em Plenário ao Projeto de Lei n° 2.036/94, e apresentamos as Emendas n°s 6 e 7, a seguir redigidas.

EMENDA N° 6

O art. 9° passa a ter a seguinte redação:

"Art. 9° - O servidor que, a partir da vigência desta lei, vier a ocupar cargo de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da FHEMIG ficará sujeito à jornada de trabalho integral.".

EMENDA N° 7

Acrescente-se onde convier:

"Art. - Fica o Secretário de Estado da Saúde autorizado, mediante resolução, a estabelecer critérios de cumprimento da jornada de trabalho por meio do atendimento de tarefas básicas.".

Sala das Comissões, 29 de junho de 1994.

Tarcísio Henriques, Presidente - Agostinho Patrus, relator - Álvaro Antônio - Ermano Batista - Antônio Fuzatto.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 29/6/94, o Sr. Presidente, nos termos do art. 62 da Resolução n° 800, de 5/1/67, c/c a Resolução n° 5.100, de 29/6/91, modificada pelo art. 6° da Resolução n° 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa n° 867, de 13/5/93, e de conformidade com a estrutura aprovada pela Deliberação da Mesa n° 1.002, de 1993, assinou os seguintes atos:

exonerando Roberto de Queiroz Gontijo do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, com exercício no gabinete do Deputado Jaime Martins;

nomeando Jordenor Barbosa Pereira para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, com exercício no gabinete do Deputado Jaime Martins.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Termo de Convênio Que entre Si Celebram a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e a Entidade Abaixo Discriminada, Cujo Objeto É a Concessão de Subvenção Social e Auxílio para Despesa de Capital

Convênio n° 92/94 - valor: CR\$17.119.383,00.

Entidade: Ação Social Filadélfia - Belo Horizonte.

Deputado: Simão Pedro Toledo.

ERRATAS

PARECER PARA O 1° TURNO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 24/93

Na publicação do parecer em epígrafe, verificada na edição de 28/5/94, na pág. 33, col. 4, no artigo acrescentado pela Emenda n° 6, incluíam-se os seguintes parágrafos:

"§ 1° - É vedada a acumulação de pensão de que trata este artigo com outra percebida a mesmo título do Tesouro do Estado, facultada a opção pelo recebimento da pensão do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado - IPSEMG.

§ 2° - A pensão será revista nos mesmos índices e nas mesmas datas de vigência dos reajustamentos de vencimento dos cargos do Quadro Específico de Pessoal da Procuradoria-Geral da Fazenda Estadual."

REQUERIMENTOS

Na edição de 17/6/94, pág. 46, col. 2, no resumo do Requerimento n° 5.364/94, onde se lê:

"Projeto da Universidade", leia-se:

"Projeto da Univerdecidade".

ORDEM DO DIA DA 59ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E POLÍTICA RURAL, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 30/6/94

Na publicação da ordem do dia em epígrafe, verificada na edição de 29/6/94, na pág. 43, col. 3, acrescente-se, após o subtítulo "2ª Parte (Ordem do Dia)", o seguinte:

"Mensagem n° 476-A, do Governador do Estado, que encaminha, para exame e aprovação desta Casa, os processos de legitimação de terras devolutas rurais e urbanas que resultam de estudos realizados pela RURALMINAS."
